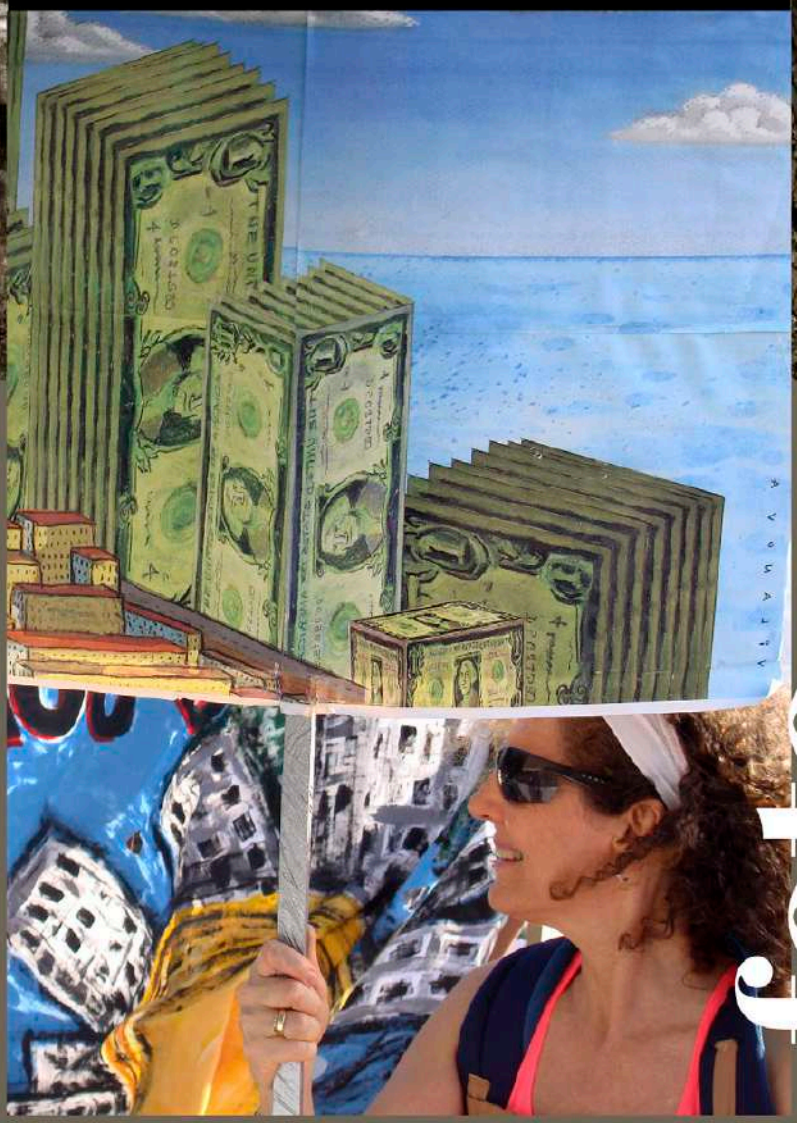
TEMPOS DE CRISE E A (IN)VULNERABILIDADE DO VIVER COTIDIANO EM CONTEXTOS URBANOS



vol. 03 num. 06

fotocronografias

ACESSE EM
MEDIUM.COM/FOTOCRONOGRAFIAS

2018
ISSN 2595-3559

PRODUÇÃO
BIEV E NAVISUAL

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Núcleo de Antropologia Visual - banco de Imagens e Efeitos Visuais

Editoras

Ana Luiza Carvalho da Rocha, UFRGS Brasil
Cornelia Eckert, UFRGS, Brasil

Comissão Editorial

Angela de Souza Torresan, University of Manchester, Inglaterra
Carlos Masotta, UBA, Argentina
Carmen Sílvia de Moraes Rial, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Christine Louveau de la Guigneraye, Centre Pierre Neville, Université d'Évry-Val-d'Essonne, Maître de conférences en communication, França
Daniel Daza Prado, IDES, Argentina
Daniel S Fernandes—UFPA, Universidade Federal do Pará—Campus Bragança
Fabrício Barreto, Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Fernando de Tacca, Unicamp, Brasil
Flávio Leonel da Silveira, Universidade Federal do Pará, Brasil
Gisela Canepá Koch, Departamento de Ciencias Sociales de la Pontificia Universidad Católica del Perú, Perú
Jesus Marmanillo, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
João Braga de Mendonça, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Luciano Magnus de Araújo, Universidade Federal do Amapá, Brasil
Luiz Eduardo Achutti, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Milton Guran
Paula Guerra, Universidade do Porto, Portugal
Renato Athias, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Rumi Kubo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Sarah Pink Instituto Real de Tecnologia de Melbourne, Austrália
Sylvaine Conord, Université Nanterre, França

Apoio Técnico

Matheus Cervo, bolsista de iniciação científica em BIEV UFRGS
Felipe da Silva Rodrigues, bolsista de inovação tecnológica em BIEV UFRGS
Marcelo Fraga, bolsista voluntário em BIEV UFRGS

biev
BANCO DE IMAGENS E EFEITOS VISUAIS

www.ufrgs.br/biev/
medium.com/fotocronografias
fotocronografia@gmail.com
+55 (51) 3308 7158

Fotos da Capa: Matheus Cervo e Felipe Rodrigues

ISSN: 2595-3559

UFRGS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
IFCH UFRGS
NAVI SU AL

vol. 03 num. 06

foto crono grafias

TEMPOS DE CRISE E A (IN)VULNERABILIDADE DO VIVER COTIDIANO EM CONTEXTOS URBANOS

2018

Vol. 03 num. 06 - 2018 - Tempos de Crise

Sumário

Apresentação - 06
Cornelia Eckert
Felipe Rodrigues
Nicole Rigon

Organização
Cornelia Eckert
Felipe Rodrigues
Nicole Rigon

Editoração
Felipe Rodrigues
Matheus Cervo

Os tons do medo: fotoetnografia nas ruas de Porto Alegre (RS, Brasil) - 10
Cornelia Eckert, Felipe Rodrigues

Eleições 2018: uma memória política das emoções - 28
Marina Bordin, Nicole Rigon

Entre brechas e interstícios: o estigma da violência: e do medo que recai sobre o graffiti - 42
Fabricio Barreto, Leonardo Palhano Cabreira

Imagens do verde e da ferrugem: Crise e duração do trabalho ferroviário sul brasileiro - 56
Guillermo Stefano Rosa Gómez

“Trenes cancelados hasta nuevo aviso”: la crisis del sistema ferroviario en Argentina a través de sus ruinas - 70
Elina Alba, Fernando Funaro, Ivo Carrera
Orientadores: Ana Silva, Luciano Barandiarán

Alagados e a autoconstrução da cidadania - 86
Lorena Volpini

A tragédia de Barcarena (PA): a água envenenada e a resistência ribeirinha - 102
Cícero de Oliveira Pedrosa Neto, Flávio Leonel Abreu da Silveira

“Preserva Arroio Espírito Santo”: entre disputas narrativas e novas práticas do espaço na vizinhança dos bairros Guarujá, Espírito Santo e Ipanema - 122
Matheus Cervo

Fluxos cosmológicos na cidade: a (des)invisibilização indígena - 140
Carmem Lúcia Thomas Guardiola, Roberta Deroma

Vol. 03 num.06–2018
Tempos de crise e a (in)vulnerabilidade do viver cotidiano em contextos urbanos

A expansão vertiginosa dos cenários urbanos e a crescente diversificação populacional nos espaços públicos produzem desigualdades e vulnerabilidade frente à imprevisibilidade das mudanças sociais, políticas e econômicas que caracterizam esses contextos. Diante da instabilidade, o medo e a insegurança emergem como reações a essa condição, produzindo novos agenciamentos e transformando as formas de sociabilidade nos espaços das cidades.

As regiões centrais de cidades e as áreas de desindustrialização são povoadas por acontecimentos, por equipamentos e por rastros de degradações patrimoniais que marcam processos cíclicos de mudanças socioeconômicas. O meio urbano, segundo o sociólogo Ezra Park, acentua os efeitos[1] das crises e as mudanças socioeconômicas podem estar marcadas por feições da crise em alguns contextos históricos.

Considerando a relação entre imagens e cidades como principal interesse do corpo editorial, reunimos nesta edição cinco estudos etnográficos que abordam aspectos da crise urbana em distintos contextos sociais e históricos. Chamamos atenção para as múltiplas feições da crise e as vulnerabilidades do viver urbano sob distintas perspectivas, seja pela perspectiva das marés, dos trilhos de trem ou das intervenções e transformações urbanas. O rastro que perpassa cada uma das perspectivas é o da construção de resiliência e/ou resistência frente a iminente transformação associada à crise.

O primeiro ensaio permite deslocarmo-nos pelas ruas de bairros de camadas médias e no Centro Histórico da cidade de Porto Alegre observando os efeitos da cultura do medo na tessitura urbana ornamentada com inúmeros aparatos de segurança. Em seu ensaio Cornelia Eckert e Felipe Rodrigues registram as paisagens de uma cidade onde se mesclam arames farpados, câmeras de segurança, cercas elétricas, guaritas e muros, evocando as formas agonísticas do viver urbano. Suas imagens nos convidam a imaginar as formas de resiliência e as práticas de reinvenção da vida cotidiana no contexto das grandes cidades brasileiras.

1 PARK, Robert Ezra. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano nomeio urbano”. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O fenômeno urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Marina Bordin e Nicole Rigon mostram em seu ensaio a rápida ascensão dos protestos sileciosos através de intervenções artísticas nos muros da cidade no contexto das eleições presidenciais brasileiras em 2018. Nesse contexto, a criação de coletivos políticos e o surgimento do movimento #elenão protagonizado por mulheres confrontavam os discursos de ódio produzidos contra as minorias e fortaleceram os movimentos sociais. As intervenções nos muros marcaram significativamente a cidade em protestos contra a ascensão de ideologias totalitárias. Rompendo com as fake news no mundo virtual, a resistência comunica sua existência nos muros da cidade.

Na temática das intervenções urbanas Fabrício Barreto e Leonardo Palhano Cabreira questionam em seu ensaio o estigma atribuído à prática do graffiti como agenda da degradação nas cidades. Comparando relatos acerca de uma cidade portuguesa e sua experiência em Porto Alegre/RS, os autores enfatizam as propriedades expressivas e artísticas em detrimento de uma visão que encerra o graffiti como prática criminalizável.

No âmbito da crise no mundo do trabalho e nos transportes, a decadência do sistema ferroviário foi um marco nas transformações socioeconômicas. A crise desse sistema teve implicações no cotidiano dos habitantes cujos modos de vida e relações de trabalho estavam associados à existência da rede ferroviária. No contexto brasileiro, acompanhamos os efeitos da ruptura do modelo ferroviário brasileiro na memória dos trabalhadores das ferrovias e suas famílias na cidade de Pelotas através do ensaio de Guillermo Goméz. O “baque” e o “horror” ocasionados pela ruptura drástica de um modo de vida organizado pelo trabalho nas ferrovias criam imagens de esvaziamento e ruínas de uma ferrovia em decomposição. A crise do tempo é vivenciada pelos habitantes que vivem perto dos equipamentos da antiga ferrovia ao acompanhar a natureza tomar conta dos trilhos anunciando o fim da linha.

Ainda nos trilhos do sistema ferroviário Ana Silva, Luciano Barandiarán e seus orientandos estudam os efeitos desta crise no contexto argentino. Ao final do século XX a falência de uma empresa estatal levou à decadência da rede ferroviária local, impactando os trabalhadores e a população que vivia no entorno das estações. O ensaio mostra a decadência e a crise do sistema mas também a ressignificação das estruturas abandonadas. A ressignificação das ruínas e a ocupação dos espaços abandonados das ferrovias cujos trilhos não levam a lado algum, mas unem-se na criação de memórias, trazem à cena a “memória dos ferros” registrada pelos autores neste ensaio.

A resistência ganha formas sobre a água no ensaio de Lorena Volpini, que retrata em imagens a maior favela da America Latina em palafitas. O avanço sobre as águas reinventa as formas de habitar e faz emergir a “luta das palafitas”, movimento de defesa contra as remoções. As manifestações artísticas na cidade declaram sua adesão a luta ao retratar as palafitas em murais de graffitti. O estudo sobre a construção de casas sobre a maré, das memórias e da cidadania sobre as águas em Alagados, na Enseada dos Tainheiros foram a inspiração de Lorena Volpini para a elaboração deste ensaio.

O ensaio de Cícero de Oliveira Pedrosa Neto e Flávio Leonel Abreu da Silveira contextualiza a catástrofe ambiental no município de Barbarena, região metropolitana de Belém, em decorrência do vazamento de rejeitos de minérios nos mananciais hídricos do município. O caso teve severas consequências à diversas vilas da cidade, entre elas territórios quilombolas e indígenas, e também às populações ribeirinhas. As imagens narram feições da crise ambiental a partir da catástrofe e seus desdobramentos, envolvendo diversos atores políticos e sociais.

Matheus Cervo registra em seu ensaio a luta e a resistência dos habitantes de bairros na zona sul de Porto Alegre em defesa da preservação ambiental e contra o loteamento da região. Através de narrativas autobiográficas dos habitantes da região e da participação em um movimento comunitário de preservação ambiental, o autor constrói uma narrativa sobre a luta e o engajamento na defesa ambiental do antigo balneário.

As formas de resistência no contexto da zona sul porto alegrense adquirem novas formas no ensaio de Carmem Lúcia Thomas Guardiola e Roberta Deroma. Em um território em disputa no bairro Belém Novo as autoras abordam o movimento de retomada das terras na Ponta do Arado pelos indígenas Mbya Guarani. Além da luta pelo direito à terra, a retomada carrega em si significados simbólicos potentes de preservação dos valores ligados às cosmologias indígenas.

Agradecemos pelas nobres contribuições dos(as) autores(as) que participaram desta edição enriquecendo o conteúdo visual e reflexivo para pensarmos as formas e os devires da crise na atualidade em contextos urbanos. Desejamos a todos(as) uma boa leitura!

Os tons do medo: fotoetnografia nas ruas de Porto Alegre (RS, Brasil)

Cornelia Eckert[1]
Felipe Rodrigues[2]

Resumo: Esta narrativa fotográfica resulta de pesquisas sobre as imagens dos medos e das crises na vida cotidiana em contexto urbanos desenvolvidas no âmbito dos projetos de antropologia visual (NAVISUAL) e banco de imagens (BIEV) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Eckert e Rocha, 2013). São imagens que evocam, em uma perspectiva crítica, os processos de descontinuidades e rupturas aos projetos humanos de duração e continuidade no trajeto antropológico (Bachelard, 1984, 1989, Durand, 1988).

Palavras-chave: Antropologia Urbana; Antropologia Visual; Crise, Medo; Etnografia da Duração.

***Abstract*:** *This photographic narrative arises from researches on the images of fears and crises in urban context's everyday life developed in the field of the projects on visual anthropology (NAVISUAL) and image's bank (BIEV) on the Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social in Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Eckert e Rocha, 2013). These are images that evoke, in a critical perspective, the processes of discontinuities and disruptions to the human duration's projects and continuity on the anthropological path (Bachelard, 1984, 1989, Durand, 1988).*

***Keywords*:** *Urban Anthropology; Visual Anthropology; Crisis; Fear; Duration's ethnography.*

1 Professora Titular do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL) e do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV).
2 Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A cidade que pesquisamos é Porto Alegre (RS), contexto de nossa morada e locus de nossos estudos antropológico com imagens. É a capital do estado do Rio Grande do Sul. Uma cidade que hoje conta com mais de um milhão de habitantes e espelha as contradições de um país marcado pelas desigualdades sociais e fragilidades de políticas públicas. Os índices de aumento da criminalidade são conjugados à interpretações de um estado de crise pelo crescimento da vulnerabilidade dos habitantes aos determinismos da violência urbana.

Dados recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam, para esta cidade, uma das taxas mais altas de assassinatos por 100 mil habitantes, perdendo apenas para Aracajú (Sergipe) e Belém (Pará)[3]. Notícias sobre o medo dos habitantes em relação ao aumento das diversas formas de criminalidade, como latrocínio, homicídios, chacinas e tiroteios, são diários e permeia todas as formas de ser e estar na cidade. Atentam e ferem princípios de direitos à cidade, em especial o de transitar, deslocar, desfrutar e praticar a cidadania no espaço público[4]. Os trabalhadores de modo amplo e os estudantes, são comunidades que tem suas rotinas de deslocamento ameaçadas pelos dispositivos de criminalidade. Todos temem por suas vidas, por seu patrimônio, por seus dependentes, crianças, jovens e velhos, nos remetendo ao tema da tragédia da cultura elaborado por Georg Simmel (apud Moraes Filho, 1990 e apud Velho, Org. 1979).

As camadas médias e altas recorrem a sistemas sofisticados e onerosos para mitigar a imprevisibilidade do crime. Se inclinam ao consumo de equipamentos oferecidos pelo mercado bilionário de segurança no sentido de amenizar os riscos como cercas elétricas, sistema de monitoramento de vídeo, vigilantes privados, carros blindados. Cada vez mais recorrem a sistemas privados de transporte evitando o contexto público e optam pela constante mobilidade residencial fixando-se em espaços e habitações cada vez mais cercadas por este arsenal de segurança, como condomínios fechados, edifícios com controle de segurança. À estes instrumentos de redução de riscos, se soma o consumo de softwares e APPs, que geram orientações e informações sobre zonas de riscos e ameaças reais. As camadas mais desfavorecidas igualmente recorrem as grades, a muros, a arames farpados embora muito mais suscetíveis aos revezes dos confrontos de quadrilhas de roubo de modo geral vinculados a uma rede de narcotráfico, vivendo em uma sequencia de bairros estatisticamente identificados como perigosos.

3 http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2017/10/632997/Porto-Alegre-e-a-terceira-capital-com-maior-taxa-de-assassinatos-por--100-mil-habitantes Consulta 16 setembro 2018.

4 https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/inseguranca-gauchos-tem-medo-de-morrer-e-ate-de-ficar-em-casa/

Os sistemas de valores em torno da cultura do medo, são múltiplos e complexos, e sujeitos a diversos fatores sócio históricos. Essa perspectiva processual foi mostrada por inúmeros autores como Norbert Elias (1994), Gilbert Durand (1988), Zygmunt Bauman (2005, 2010) entre tantos outros intelectuais que refletem sobre as inflexões sócio e psicogenéticas na trajetória da humanidade. Esta fluidez dos medos líquidos e fragmentação dos valores tradicionais, para usar a expressão de Bauman (2005, 2010) é sintetizado na pergunta do historiador Jean Delumeau (1989) ao provocar uma reflexão sobre o sentimento do medo problematizado na passagem do tempo: do que as pessoas de fato tem medo nas diversas temporalidades vividas pelos humanos?

Nas pesquisas etnográficas veiculadas no âmbito do projeto de pesquisa no NAVISUAL e BIEV, sobre as feições dos medos na vida cotidiana na cidade de Porto Alegre (região metropolitana), seguimos esta linha de perspectiva para considerar as imagens que podem narrar estas práticas sociais e estilos de vida que evocam estas formas agonísticas de habitar a cidade de pertença, marcada pelas disrupturas e dilacerações da previsibilidade. Contradições de um processo civilizatório caracterizado por uma democracia sempre incipiente e que idealmente asseguraria uma ordem cotidiana ritmada por valores morais ocidentais como a liberdade de deslocamento, de direito à vida pública e coletiva na cidade, de resguardo da vida na relação de respeito ao outro. Ambiguamente, as crises de estado reverberam em uma sociedade concebida por diferenças sociais marcantes e inevitavelmente a crescente desconfiança do outro, configurando práticas de segregação espacial e social, as “fricções de distância” (Harvey, 1996, p. 195).

Estas considerações nos orientam a uma pesquisa sobre as formas dos conflitos, as estéticas culturais de expressão de insegurança e temores aos riscos a partir do que reconhecemos como feições das crises que povoam nas mentalidades e ações do viver urbano hoje. Uma série de estudos sobre violência urbana no Brasil nos antecede e nos orienta em nossas demandas intelectuais para tratar, neste artigo, do fenômeno da insegurança dos citadinos em face do aumento da violência nas cidades brasileiras. Gilberto Velho, Ruben Oliven, Alba Zaluar, Tereza Caldeira, Michel Misse e Luiz Eduardo Soares, entre outros, examinam a violência a partir de uma perspectiva da ordem cultural, social e judicial, seja considerando a ação discursiva dos meios de comunicação de massa e a interiorização de representações que orientam sistemas simbólicos de ação cotidiana do viver na cidade, seja analisando a construção de narrativas dos citadinos que contêm um nível de produção e reprodução da cultura do medo, seja ainda na análise das instituições legais de segurança do Estado.

Nossa motivação é o de enunciar estas narrativas do medo na construção de imagens produzidas a partir de exercícios etnográficos. Estas imagens foram tomadas a partir de três autores, olhares diversos e inserções diferenciadas nas pesquisas de campo.

Cornelia Eckert traz imagens produzidas a partir de pesquisa sobre as faces do medo no cotidiano de Porto Alegre (Projeto CNPq). O primeiro bloco de fotos são do ano 2000, saídas de campo no bairro Rio Branco e Petrópolis em que realizou entrevistas com habitantes em suas residências, estes de camadas médias. A segunda sequência de fotos resultam de saída de campo realizadas no bairro São Geraldo. São fotos de Cornelia Eckert, Cristina Noronha Cury e Darlam Nascimento realizadas no âmbito de Oficina de fotos e vídeos no contexto do Quarto Distrito em Porto Alegre, ano 2015.

Esta etnofotografia enfatiza as marcas do mercado de segurança apontadas na teoria de riscos de Mary Douglas (1982,1992) por Ulrich Beck (1992) e Anthony Giddens (1989, 1991) em suas críticas as políticas institucionais na era industrial e a emergência da lógica de peritos como condição desta "conscientização" do estado de violência para prevenção ao perigo, cuja reflexividade, no sentido de Giddens ou Beck, consiste na identificação dos efeitos e perigos pela dinâmica de radicalização da modernidade com uma profunda crítica à crise institucional.

Felipe Rodrigues traz imagens do centro identificado como político e administrativo, zona histórica de Porto Alegre. Imagens realizadas a partir de uma saída de campo em 2018, tendo como percurso o caminho do Viaduto Otávio Rocha, cartão postal e pórtico de entrada para o Centro Histórico de Porto Alegre, na Av. Borges de Medeiros, até a Praça da Matriz, ponto central e inaugural da Cidade de Porto Alegre como capital do Rio Grande do Sul.

Imagens que ilustram a crise, do abandono (de algumas edificações que ficam sob o viaduto) e da resiliência, ora dos "catadores" que disputam seu espaço junto aos carros em meio ao trânsito para acessarem o centro da cidade, ora das ocupações por moradia e dos moradores em situação de rua que ocupam a Praça da Matriz tendo como vizinhos o Palácio Piratini (sede do Governo), a Catedral Metropolitana, o Palácio da Justiça e a Assembleia Legislativa. Nesse percurso também se observa uma evolução dos aparatos de segurança das propriedades, bem como a sua estetização, que beira a uma mescla na paisagem, quase que se fundindo na natureza.

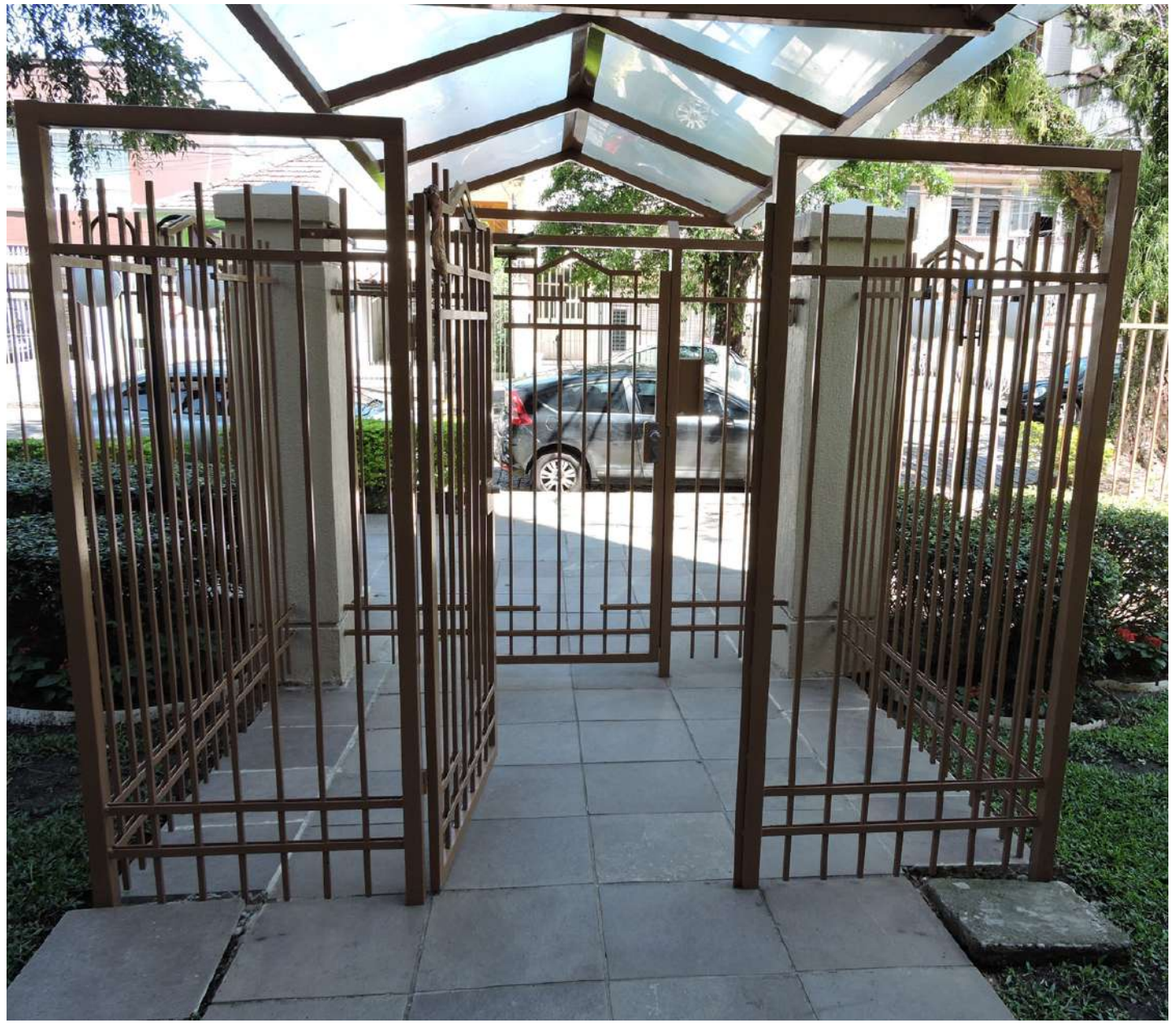
À guisa de fechamento

Esta coleção de imagens oriundas de pesquisas etnográficas, não objetivam reforçar estigmas ou evidenciar as formas de aniquilamento de práticas de sociabilidade e socialidades no contexto urbano. Antes elaborar formas narrativas que nos permitem reconhecer estas práticas como discursividades da cultura do medo e engendramento de biopolíticas de segurança (Foucault, 1988). Estes arranjos são para nós, habitados por outras práticas e intencionalidades que movem projetos de continuidade de vida, de duração de pertença à condição de cidadania. Portanto nos provocam a imaginar as formas de resiliência, as práticas de reinvenção da vida cotidiana (De Certeau, 1994) que operam lógicas de continuidade e superação das tragédias da cultura (Simmel, apud Moraes Filho, 1990).

Referências:

BACHELARD, G. La dialectique de la durée. Paris, Quadrige/PUF, 1989. (1ed 1950).
BACHELARD, G. La poétique de l'espace. Paris, Quadrige/PUF, 1984. (1ed 1957).
BAUMAN, Zygmund. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
BAUMAN, Zygmund. O medo líquido. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.
BECK, Ulrich. Risk Society: Towards a New Modernity. London, Sage, 1992.
CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. SP; Brasiliense, 1984.
CALDEIRA, Tereza P. A cidade de muros. São Paulo, Edusp, Ed 34, 2003.
DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.
DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente. 1300–1800. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
DOUGLAS, M & WILDAVSKY, A. Risk and Culture. Los Angeles, University of California Press. 1982.
DOUGLAS, Mary. Risk and Blame, essays in cultural theory. Routledge, Londres. 1992.
DURAND, Gilbert. A imaginação simbólica. São Paulo, Cultrix, 1988.
ECKERT, C. A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre In: Antropologia, Saúde e Envelhecimento. 1 ed. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2002. p 73 a 102.
ECKERT, Cornelia, ROCHA, Ana Luiza. Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas da vida urbana. Porto Alegre, Marca Visual 2013.
ECKERT, Cornelia, ROCHA, Ana Luiza. Etnografia de rua. Porto Alegre, UFRGS, 2015.
ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1988.
GIDDENS, Anthony As consequências da modernidade. São Paulo, Unesp, 1991.
GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1996.
MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo : Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. 1 ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.
MORAES FILHO, E. Simmel. São Paulo, Editora Ática,1990.
OLIVEN, Ruben George. Violência e Cultura. Petrópolis, Vozes.
SIMMEL, Georg. "A metrópole e a vida mental" In: VELHO, Otávio G. (org). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
SOARES, Luiz Eduardo. "Homicídios Dolosos Praticados contra Menores no Estado do Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa desenvolvido como parte do plano de trabalho do Projeto Se Essa Rua Fosse Minha" (FASE, IBASE, IDAC, ISER). Rio de Janeiro, 1991.
SOARES, Luiz Eduardo. "Violência e cultura do medo no Rio de Janeiro". Mimiog. Palestra proferida no PPG Antropologia Social UFRGS, março 1995.
SOARES, Luiz Eduardo. O Rigor da Indisciplina. Rio de Janeiro, Relume-Dumara, 1994.
VELHO, Gilberto "O cotidiano da violência: identidade e sobrevivência". In: Boletim do Museu nacional. Nova série, Rio de Janeiro, Brasil. Antropologia n° 56–30 de abril de 1987.
VELHO, Gilberto. A utopia urbana. RJ, Zahar, 1973.
VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. RJ, Jorge Zahar, 1994.
VELHO, Otávio G. (org). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. São Paulo, Brasiliense, 1985.
ZALUAR, Alba. Condomínio do diabo. Rio de Janeiro, Revan e UFRJ, 1994.
ZALUAR, Alba. Medo do crime, medo do diabo. Unicamp/IMS UERJ, 1994

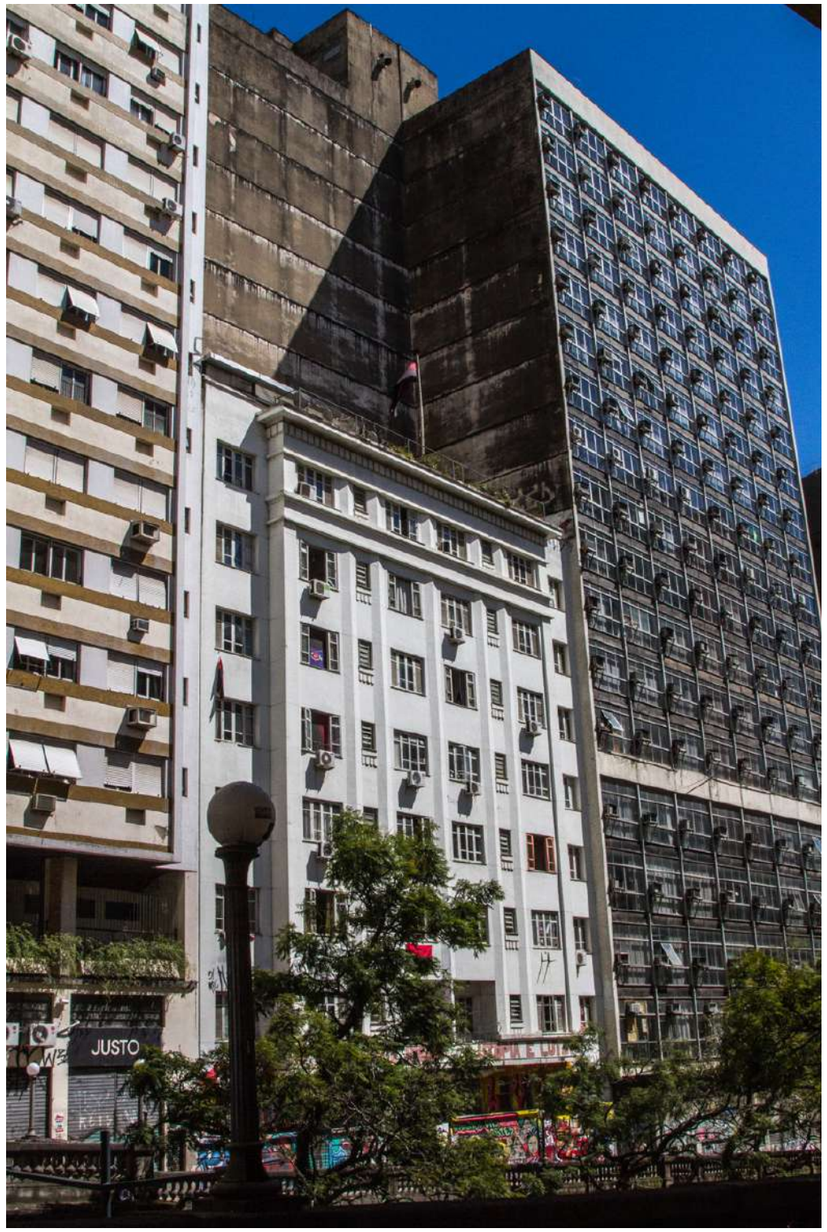
Cornelia Eckert: Bairros—Rio Branco e Petrópolis

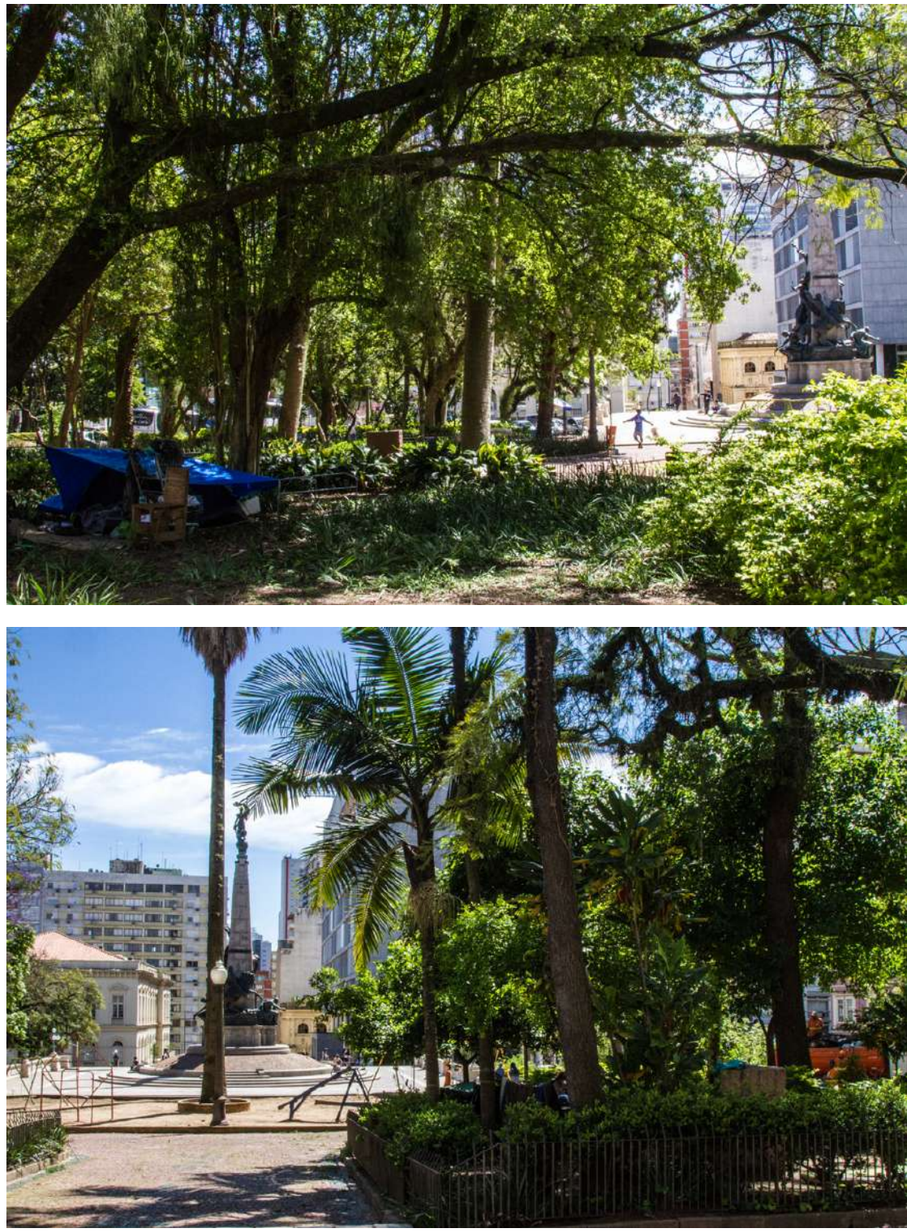


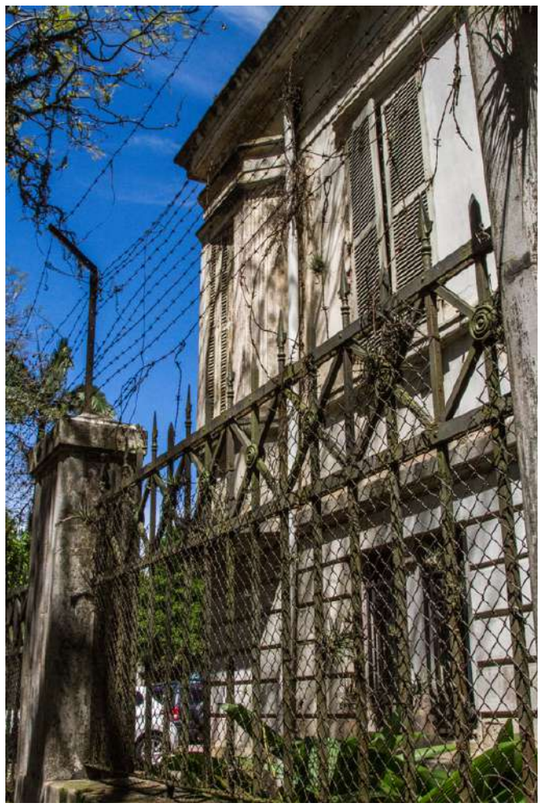
Bairro São Geraldo

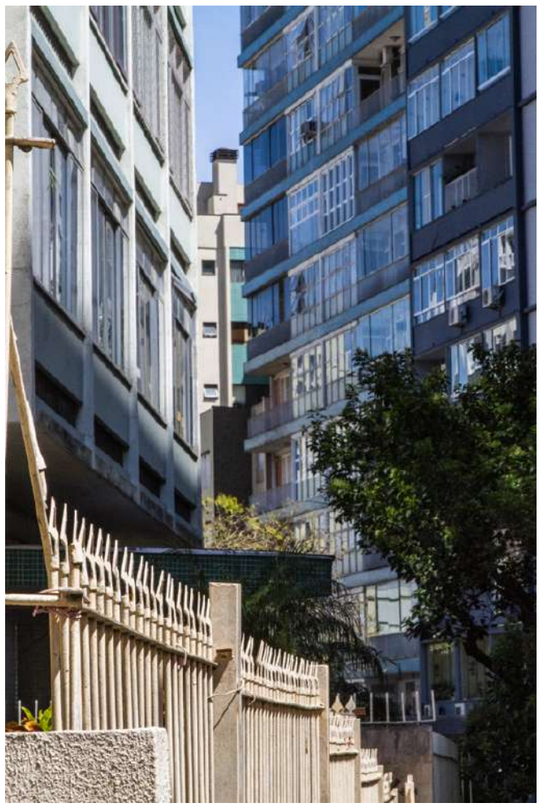
Felipe Rodrigues: Centro Histórico

HUF
INDIO EXIS


JUSTO







Eleições 2018: uma memória política das emoções

Marina Bordin[1]
Nicole Rigon[2]

Resumo: O medo habita os domínios sensíveis e abstratos da realidade social. Como um vulto, evidencia sutilmente suas feições em distintos contextos, ora por construções narrativas compartilhadas, ora por percepções subjetivas sobre o espaço e o tempo. Em 2018 o medo teve um papel central no contexto das eleições presidenciais brasileiras como método político de gestão das populações. Buscamos, neste ensaio, mostrar algumas das feições do medo que deixaram rastros pelas ruas e muros da cidade de Porto Alegre com imagens das intervenções urbanas no espaço público após as eleições.

Palavras-chave: eeleições; memória; intervenções urbanas.

Abstract: *Fear inhabits the sensitive and abstract domains of social reality. Like a figure, subtly reveals its features in different contexts, sometimes in shared narrative constructions, or subjective perceptions about space and time. In 2018 fear has played a central hole in the context of the Brazilian presidential elections as a political method of population management. In this essay, we show some of the features of fear that leave traces through the streets and walls of the city of Porto Alegre with images of urban interventions in the public space after the elections.*

Keywords: *elections; memory; urban interventions.*

1 Mestranda no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
2 Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As eleições brasileiras de 2018 travaram um embate político que dividiu o país, tendo como resultado a ascensão da extrema direita. As emoções tiveram um papel central nesse contexto político levantando questionamentos acerca dos usos políticos do medo na atual democracia.

As emoções foram incluídas tardiamente nos estudos de ciências sociais. O privilégio do caráter racional da pesquisa científica nos estudos de ciências humanas incentivou a pensar as emoções como algo singular do indivíduo e, portanto, insuficiente para pensar a sociedade. Estudos mais recentes tem se preocupado com a incorporação das emoções nas nossas pesquisas, sobretudo sobre a dimensão coletiva das emoções e, inclusive, a possibilidade de historicisar o estudo das emoções. Dessa forma, há a possibilidade de particularizar as emoções presentes em determinado contexto e as mudanças ocorridas a partir de determinado período (ABU-LUGHOD&LUTZ, 1990).

Nesse sentido, é possível pensar os modos pelos quais os discursos emotivos são acionados em contextos diversos. As campanhas políticas da extrema direita tiveram como principal veículo de comunicação as mídias sociais, sobretudo o Whatsapp, onde foram espalhadas mensagens sobre o perigo que representava o kit gay e o "Brasil virar Venezuela". Ainda que comprovada a inexistência do kit gay, esse foi um dos principais discursos acionados por seus eleitores: o medo possibilitou a construção de uma verdade superior à própria verdade.

O medo é constantemente acionado por estruturas de poder para combater o inimigo, seja ele interno ou externo à nação, afim de obter a submissão dos corpos à autoridade (BOUCHERON&ROBIN, 2016). O inimigo havia sido criado, tornando-se necessário abdicar-se das liberdades individuais para combater o inimigo maior. O discurso do medo construído pela extrema direita produziu, em oposição, o medo da ascensão de um líder que flertara com regimes totalitários. Essa articulação levou a criação da campanha #elenão, articulada por mulheres que temiam os discursos de ódio produzidos contra as minorias.

O medo não é particular do autoritarismo, ele é presente em todas as formas de governo, sendo seguidamente acionado para justificar guerras e conflitos por indivíduos que detém os instrumentos de violência (BOUCHERON&ROBIN, 2016). A ascensão da extrema direita colocou em alerta principalmente os grupos sociais que compõem os movimentos negro, indígena, LGBT e feminista. A legalização do porte de armas é uma das pautas defendidas pelo grupo em ascensão na presidência da república, o que tenciona a possibilidade de ataques à oposição. A campanha "ninguém solta a mão de ninguém" foi criada após as eleições afim de fortalecer os laços entre os indivíduos que estão com medo por pertencerem aos diversos grupos sociais ameaçados pela extrema direita no país.

Este ensaio traz imagens de intervenções urbanas relacionadas ao medo no espaço público após as eleições de 2018. As imagens foram produzidas na região central de Porto Alegre, onde é mais comum esse tipo de manifestação na cidade. Não cabe a esta discussão debater sobre a legalidade do pixo e os demais assuntos que compõem os estudos de grafite urbano. Apenas apresentar uma reflexão sobre os possíveis impactos que essas intervenções podem ocasionar no cotidiano dos citadinos, bem como a busca de pertencimento à cidade e fortalecimento da resistência entre os grupos angustiados com a realidade que se apresenta no momento.

Referências:

ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. Introduction: emotion, discourse and the politics of everyday life. In : ABU-LUGHOD, L. ; LUTZ, C. Language and the Politics of Emotion. Cambridge. Cambridge University Press, 1990.

BOUCHERON, P. ; ROBIN, C. El miedo. Historia y Usos politicos de una Emoción. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2016.

GREVE DE
ALUGUEL
NÃO PAGUE
LUTE
INTERVENÇÃO
LIBERTAÇÃO ANIMAL
LIBERTAÇÃO HUMANA
SEM-DEUSES SEM-MESTRES
SOLIDARIEDADE CINCO
SOLIDARIEDADE COMBATE
I ANO SEM SANTIAGO MALDONADO
II SEMANA RESPA EDIFÍCIO

SOMANDO
SELVA
SE A PASSAGEM AUMENTAR A CIDADE VAI PARAR!

ZONA
ANTIFA

RESISTENCIA
DEMOCRÁTICA
26 A 28 DE OUTUBRO
SEX 21H
SÁB 16H E 21H
DOM 19H
TEATRO SESI
VENDAS
ingresso rápido

exceder o
estado de
exceção
FICÇÃO VIOLÊNCIA
Aquele avião caísse
bem pra mim.
SE MORRER
MELHOR
AINDA
FORA
POR QUE
TANTO
MEDO?
C.A
REXISTÊNCIA
COLETIVO LATUFES
GRATIFICA-SE!
INÍCIO

SEM DEUSES
SEM MESTRES
Anarquismo, Revolta Libertária
ANARKIATI
RESISTA
AO QUE TE
LIMITA

#ele não

#ANTIFA

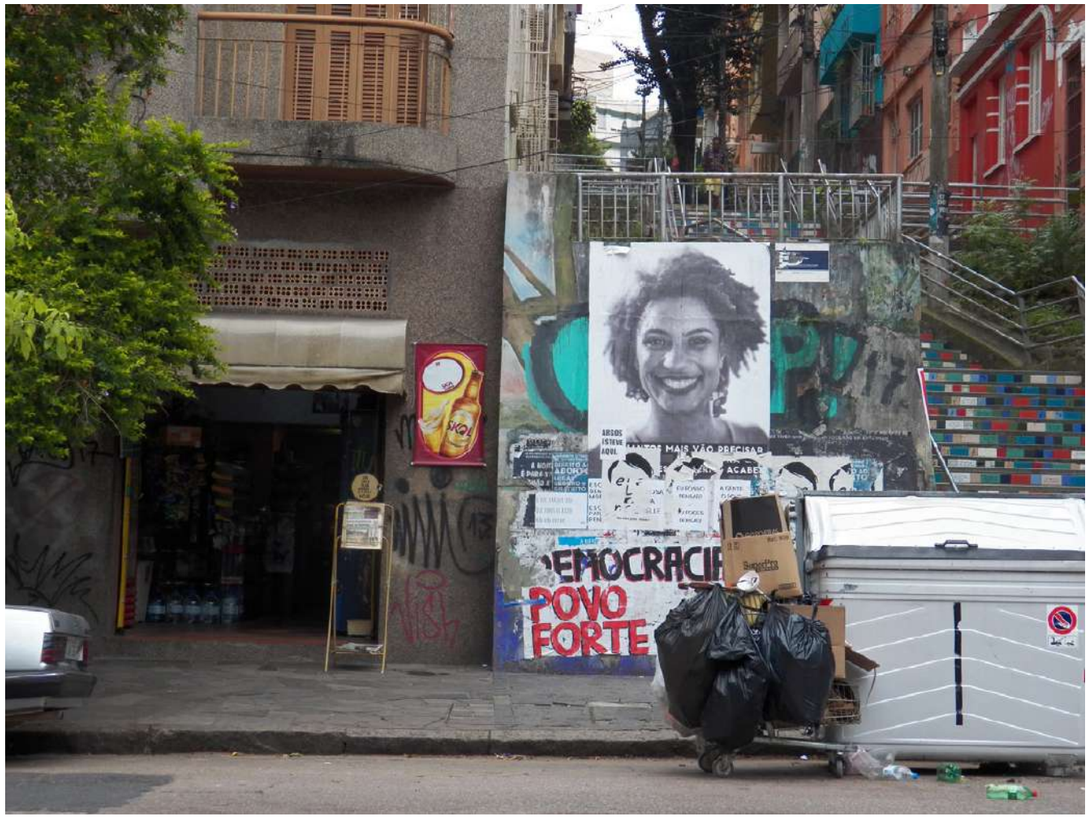
Porque SUJAR
o chão da Própria
SALA?
ELE NÃO!
PODER
POPULAR

PIACERE
Sex Shop
3225.5445
99807.5605
www.placeresex.com.br
490
STV
#ANTIFA

RESISTENCIA
DEMOCRATICA

STJ CONDENA JAIR BOLSONARO A PAGAR INDENIZAÇÃO À DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO.
BOLSONARO DIZ QUE MARIA DO ROSÁRIO NÃO MERECE SER ESTUPRADA POR ELE.
PROCURE TAMBÉM NO YOUTUBE
ASSISTA NO YOUTUBE:

LUTO
JP PICA-PAU
REPUDIA
ATOS de VIOLENCIA
CONTRA PROFESSOR


EMOCRACIE
POVO
FORTE

ROSA
ARCO-ÍRIS
CONTRA
O FASCISMO
NÃO SE DESESPERE,
SE ORGANIZE.

973
LOCAL
ROTEGIDO
OLPATO
842.5551
EU POSSO
PENSAR?
TU PODES
PENSAR!
UMA ROSA
PARA
MARIELLE
A GENTE,
O POVO
CONTRA O
AGENTE
OPRESSOR

MULHERES SEM MEDO
CONTRA O FASCISMO!
ele não
ele não

#EleNão
BOLSONARO
ESTUDANTES CONTRA

Entre brechas e interstícios: o estigma da violência e do medo que recai sobre o graffiti

Fabricio Barreto[1]
Leonardo Palhano Cabreira[2]

Resumo: No presente ensaio, propomos uma reconversão do olhar, sugerindo a compreensão da prática do graffiti menos enquanto agente da degradação e insegurança e mais como entidade de comunicação. Sendo esta uma manifestação de potência errática e itinerante, capaz de expor fendas do social normatizado e regulado, propomos que a análise de tal fenômeno oportuniza uma maior compreensão não só sobre o próprio graffiti, mas também sobre a cidade.

Palavras-chave: Arte Urbana: Graffiti: Transgressão; Insegurança.

Abstract: *In the present essay, we propose a reconversion of the look, suggesting an understanding of the practice of graffiti less as an agent of degradation and insecurity and more as a communication entity. This being a manifestation of erratic and itinerant power, capable of exposing slits of the social normalized and regulated, we propose that the analysis of such phenomenon allows a greater understanding not only on the graffiti itself, but also on the city.*

Keywords: *Urban Art; Graffiti; Transgression; Insecurity.*

1 Mestre em Antropologia/UFPEL - http://lattes.cnpq.br/3082951793368318
2 Graduando em Ciências Sociais/UFRGS - http://lattes.cnpq.br/7507299070949143

“Graffiti destroem centro histórico de Setúbal”. Noticias como esta, publicada pelo periódico Correio da Manhã[3], de Portugal, sugerem-nos um cenário onde a prática do graffiti[4] é apontada como propulsora da degradação e da insegurança. Sendo o graffiti uma prática que “explode” por toda a silhueta visual da cidade, na maioria das vezes sob o estímulo da transgressão e, portanto, não autorizada, não é de se estranhar que em muitos contextos políticos, e este parece ser o caso do Brasil, esta prática seja taxada como “poluidora”, agente da desordem e, por fim, uma atividade temida e passível de ser dizimada.

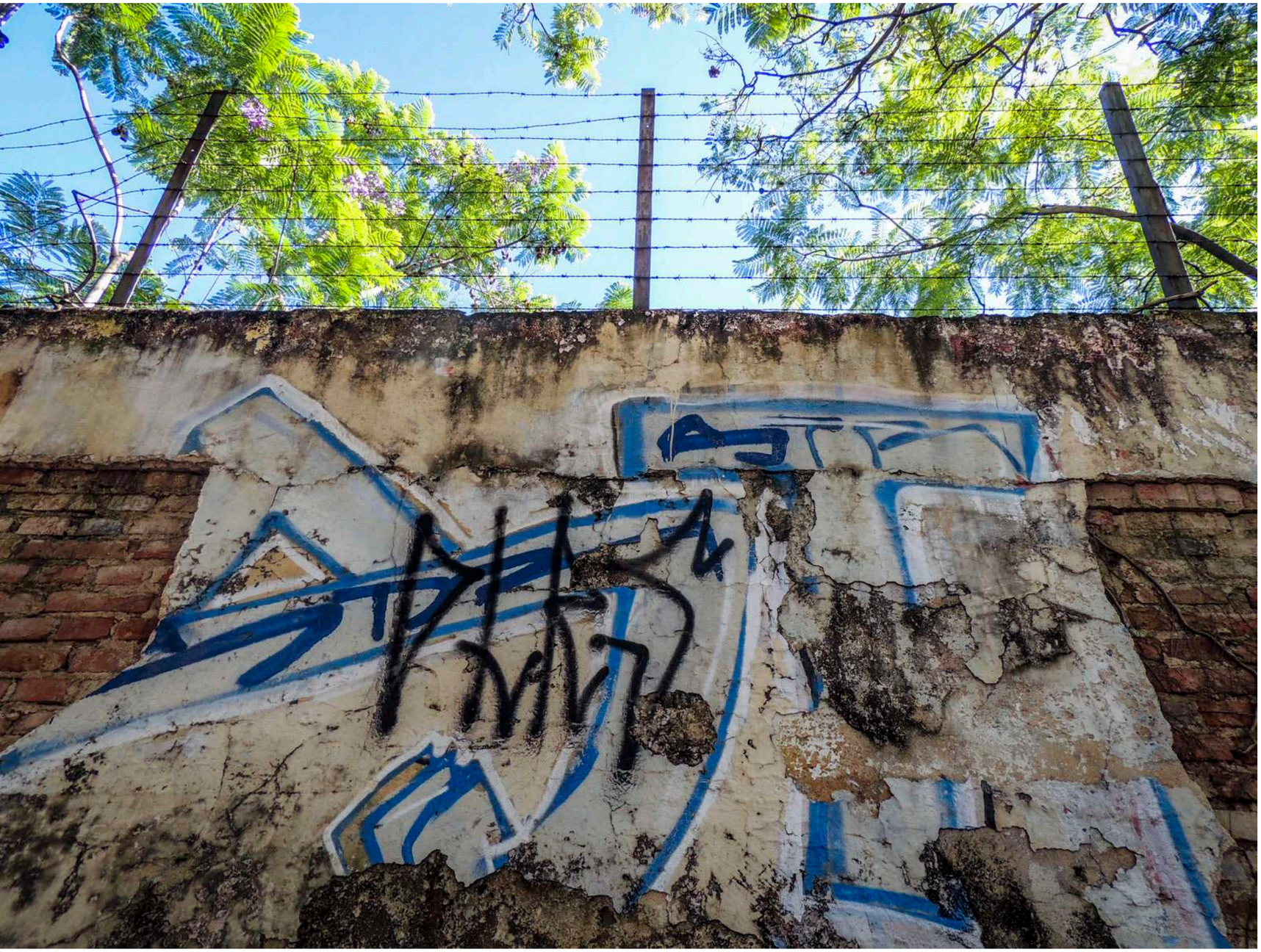
Na matéria citada acima, um entrevistado menciona o estado de abandono que se encontra a cidade de Setúbal. Ele fala de uma região onde não há escoamento adequado para a água da chuva, e a reportagem complementa com questões que envolvem insegurança e degradação, sugerindo que esta situação estaria associada ao graffiti. Entretanto, a fala do entrevistado parece remeter a uma outra questão sobre a realidade de Setúbal no tocante às condições de abandono sob a qual a cidade se apresenta a seus frequentadores, sejam eles moradores ou turistas. Vale ressaltar que existe uma lógica associada ao graffiti que é a de expressar-se nos interstícios, e as zonas abandonadas, decrépitas e degradadas das cidades fazem parte deste tipo de lógica. Por liberdade, pela ausência de vigilância ou controle. Com isso, colocamos uma interrogação nas afirmações tendenciosas e estigmatizantes da reportagem, e sugerimos que a profusão do graffiti em Setúbal pode estar relacionada a ausência de um órgão regulador que atenda as necessidades da população condizentes, por exemplo, a infraestrutura, como é o caso dos alagamentos da região nominada como Fonte Nova.

O graffiti é “uma forma de expressão [urbana] que se afirma, cada vez mais, como uma manifestação global” (CAMPOS, 2012:545), e, portanto, a situação de Setúbal pode se repetir em outras cidades do mundo. Com isso, reportamos o caso da cidade portuguesa para o Brasil e a comparamos com nossa experiência em Porto Alegre/RS. Como tantas outras cidades brasileiras, a capital gaúcha também está acometida por níveis alarmantes de insegurança, o que procuramos retratar na narrativa fotográfica deste ensaio, onde podemos observar grades, arames e câmeras, ou seja, diferentes dispositivos de segurança que as pesquisadoras Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert entendem como “paliativos instrumentais”. “As serralherias especializam-se em correntes e chaveiros, grades, portões automatizados e pantográficos, estruturas metálicas e basculantes. Dado seu custo acessível, esta opção tornou-se consumo de todas as camadas sociais.” (ECKERT & ROCHA, 2013:128).

3 Disponível em: https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/graffiti_destroem_fachadas_no_centro_historico_de_setubal

4 Utilizaremos o termo graffiti para tratarmos desta expressão urbana, pois, como Celso Gitahy (1999:13), acreditamos que “há palavras que devem permanecer em sua grafia original pela intensidade significativa com a qual teatralizam dentro de um contexto”.

Neste sentido, a violência interessa a toda uma fatia da economia voltada à produção e comercialização de materiais que atendem um mercado movido pelo medo. Como mencionam as pesquisadoras, “as ‘lojas de segurança especializadas’ propõem uma parafernália de instrumentos antifurto, câmeras para circuito interno, sensores internos e externos etc.” (idem, ibidem). Por meio da apropriação dos espaços, o graffiti põe a prova estes dispositivos de controle, desafiando uma cultura dominante, o que talvez acaba por associá-lo à degradação, à criminalidade e, portanto, vinculado a uma instaurada “cultura do medo” (ECKERT & ROCHA, 2013:133), caracterizada pelo sentimento de terror generalizado que tem por consequência a venda (da ideia) de segurança.



RUA
SARAPUI

Estamos tratando do graffiti que se expressa nas brechas, nos interstícios do poder instituído, na ausência do Estado, onde a vigilância não alcança, como prática transgressora e ilegal—um ato que se esquiva do controle, promove transformações destacadas nas paisagens urbanas, relegando aos órgãos e mecanismos de controle uma desmedida impotência. Sobretudo, podemos inferir que a referida parcela do mercado de segurança também toma proveito de uma ausência do Estado, e assim faz aumentar seus lucros sobre o medo da população. A construção do medo gera um mercado de produtos que move montantes financeiros imensos. Neste sentido, buscamos, então, uma outra interpretação do graffiti, e passamos a entendê-lo não mais como o agente propulsor de insegurança e degradação, mas como uma expressão urbana, quiçá artística, que comunica. Antes mesmo de estabelecermos algum juízo moral e de valor sobre tais inscrições, sugerimos que o espectador citadino procure compreender o que tais inscrições estão expressando, e deixamos, assim, a outorga de propulsor de violência e medo àqueles que pretendem lucrar com isso.

Apresentamos no ensaio uma interpretação sobre o tema, pois sabemos que a expressão do graffiti é diversa, e qualquer tentativa de categorizá-lo, se não tratado com os devidos cuidados, pode nos conduzir a uma reflexão simplista. Fenômeno de potência nômade, dispersiva e intersticial, o graffiti é capaz de expor fendas do social normatizado e regulado, revelando diferentes alteridades urbanas e questionando consensos estabelecidos. A análise do graffiti nos oportuniza maior compreensão não só sobre o próprio graffiti, mas também sobre as cidades que habitamos.

Referências:

CAMPOS, Ricardo. A pixelização dos muros: graffiti urbano, tecnologias digitais e cultura visual contemporânea. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v.19, n.2, pp. 543–566, maio/agosto 2012.

ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Antropologia da e na cidade, interpretação sobre as formas da vida urbana. Porto Alegre: Marcavisual, 2013, 304 p.

GITAHY, Celso. O que é graffiti. Coleção primeiros passos—São Paulo: Brasiliense, 1999.

P7
Bunny

CERCA
ELÉTRICA
Techtronic
3026.8782
115

LOCAL PROTEGIDO
VOLPATO
3342.5551
2016

Imagens do verde e da ferrugem: Crise e duração do trabalho ferroviário sul brasileiro

Guillermo Stefano Rosa Gómez[1]

Resumo: Neste ensaio abordo a imagética da crise do transporte ferroviário, desde o regime de imagens de sua comunidade de trabalho, com a qual realizei trabalho de campo na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. O conjunto de fotografias constelam ao entorno de dois principais conceitos—o de crise e o de duração—ambos derivados de minha filiação teórica à Etnografia da Duração. A crise é a ruptura dos tempos vividos organizados pelo trabalho, a descontinuidade dos vínculos afetivos e significativos, as ruínas dos espaços de vida, a precarização e a demissão. A duração é a insubordinação frente a finitude do tempo, são os envelhecimentos resilientes e combativos dos ferroviários/as e suas famílias. A indissociável relação entre crise e duração vem da própria experiência de trabalho de campo. As denúncias da crise, realizadas pela comunidade ferroviária, também são formas de durar no tempo. Por isso, busquei em fotografias produzidas durante o trabalho de campo que cumprissem o duplo papel de lamentar, evidenciando. Prantear, se insubordinando. Imagens do verde e da ferrugem. Das cercas e grades que separam as pessoas dos seus antigos espaços de trabalho. Da tinta descascada, do muro caído do sindicato ferroviário. Da crise e, também, da duração.

Palavras-chave: vAntropologia Visual; Antropologia do Trabalho; Etnografia da Duração; Pelotas; Ferroviários.

1 Doutorando PPGAS/UFRGS. Núcleo de Antropologia Visual (Navisual) - guillermorosagomez@gmail.com.

Images of the Green and the Rust:
Crisis and Duration of Railroad Work in South Brazil

Abstract: *This essay is an approach to the imagery of the crisis of the railroad transport starting by the point of view of the railroad work community among whom I realized fieldwork, in the city of Pelotas, south of Brazil. The set of photos congregate around two main concepts: crisis and duration. The crisis is the rupture with the lived times organized by the work and the discontinuity of the affective and identitarian ties, the ruins of the workplaces, the precarity and unemployment. The duration is the insubordination towards the finitude of time, actions of an resilient aging of the retired railroad workers and of his families. As informed by the fieldwork experience I realized how much the crisis and the duration are inseparable. The accusations and critics of the railroad community towards the railroad crisis are both, nostalgia and mourn, and powerful actions toward duration of the identities in time. Because of this double characteristic of the railroad workers narratives, I selected images produced during my fieldwork whom also fulfill this double challenge of regreting and denouncing. Mourning and insubordinating. Images of the green grass and the rust. Images of the fences that separates the people from they old working places. Of the paints peeling on the walls and of the falling walls of the railroad union. Images of the crisis and the duration.*

Keywords: *Visual Anthropology; Anthropology of Work; Ethnography of the Duration; Railroadworkers; Pelotas.*

A Nesse ensaio fotográfico proponho pensar sobre algumas características que constituem a cultura visual da crise ferroviária. Essa reflexão parte de minha pesquisa de mestrado em Antropologia Social (Gómez, 2018), cujo objetivo principal foi compreender o processo de abandono, sucateamento e privatização do modelo ferroviário brasileiro, desde o ponto de vista da população trabalhadora e suas famílias, residentes na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Evidenciei que a crise—interpretada enquanto ruptura temporal dramática (Eckert, 2012)—tinha plurais expressões e formas narrativas. Nas palavras dos/as aposentados/as, a crise do desemprego era metaforizada enquanto “horror”, “baque” ou “correria”, um corte drástico, ruptural e inadvertido na rítmica de vida organizada pelo trabalho. Já a crise do esvaziamento e ruína dos espaços de vida e trabalho era vivenciada desde uma “temporalidade letárgica” (idem, p. 68), sentida no convívio cotidiano das pessoas que vivem até hoje próximas dos equipamentos urbanos de uma ferrovia em decomposição. A comunidade ferroviária envelhece junto com as antigas oficinas, estações, alojamentos, vias férreas e habitações.

Neste ensaio, optei por valorizar a estética da temporalidade lenta das ruínas industriais, manifestando e denunciando a agonia (Nunes, 2005) das ferrovias sul brasileiras. Adotei uma imagética utilizada pela comunidade ferroviária em suas narrativas de denúncia da precarização do transporte ferroviário. Idosos vinculados a essa memória coletiva, fazem uso de imagens (narrativas, fotográficas, fílmicas) que explicitam a crise. A natureza é agente ativo dessa “barbaridade”, o crescer do mato sobre os trilhos é interpretado como mais uma faceta da “efetivação de um absurdo” metáfora que usei para compreender o que representou, para eles, o “fim” do trabalho ferroviário. Se para Ingold (2012) a natureza é o símbolo da irredutibilidade e da vida, para o ferroviário, a morte se coloca quando o capim “toma conta”. Os metais do construído humano, signo e símbolo do trabalho despendido por gerações, são o que constitui “a vida” dessa comunidade ocupacional.

A comunidade ferroviária, ao relembrar publicamente o estado de abandono das ferrovias não manifesta somente resignação e luto. Estão articulando sociabilidades e fazendo durar no tempo as redes e as memórias. Sob essa inspiração, retomei minhas imagens produzidas durante o trabalho de campo (2015–2018) buscando selecionar fotografias que cumprissem o duplo papel de lamentar, evidenciando. Prantear, se insubordinando. Imagens do verde e da ferrugem. Das cercas e grades que separam as pessoas dos seus antigos espaços de trabalho. Da tinta descascada, do muro caído do sindicato ferroviário. Da crise e, também, da duração.

Referências:

ECKERT, Cornelia. Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros do carvão (La Grand-Combe, França) Curitiba: Appris, 2012.

GÓMEZ, Guillermo Stefano Rosa. (2018.) Etnografia da Crise e da Duração Ferroviária em Pelotas: Um estudo antropológico de memória coletiva. 238 f. Dissertação (Mestrado)—Curso de Antropologia Social, IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179424>.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontes Antropológicos, v.18, n.37, 2012, p.25–44.

NUNES, Ivanil. Douradense: A agonia de uma ferrovia. São Paulo: Annablume, 2005.

SINDIFERUS

FERROVIÁRIOS

PELOTAS
420 + 781

ALL
Estação

5525-6Z
RICA LATINA LOGÍSTICA
A gente nunca pára

“Trenes cancelados hasta nuevo aviso”: la crisis del sistema ferroviario en Argentina a través de sus ruinas

Elina Alba[1]
Fernando Funaro[2]
Ivo Carrera[3]
Orientadores:
Ana Silva[4]
Luciano Barandiarán[5]

Resumen: Nuestro foto-ensayo aborda los rastros del esplendor pasado de los trenes en Argentina y su actual decadencia, evidenciada en las ruinas. En principio hay referencias a la estación de trenes, cuyos espacios están vacíos o han adquirido nuevos usos. Luego se inicia el recorrido por las vías: rieles que no llevan a ningún lado; casillas derruidas; señales ocupadas por horneros; trenes sin ruedas. Al final, se hace foco en la reapropiación de los espacios por parte de la población urbana.

Palabras claves: Ferrocarril; Ciudad; Crisis; Ruinas Movilidad urbana.

“Trains cancelled up to new notice”:
Argentine railroad system crisis through its ruins

Abstract: *This photo-essay deals with the vestiges of Argentine trains brilliant past and its current decadence evidenced by the ruins. At first, there is a reference to the rail station, which spaces are empty or acquired new uses. Then the tour begins on the rails: tracks that do not lead to anywhere; ruined cabins; signals occupied by birds; trains without wheels. Finally, the focus is over the ways of space re-appropriation by urban population.*

Keywords: *Railroad; City; Crisis; Ruins; Urban mobility.*

1 Estudiante de grado, Facultad de Arte UNICEN. elina.alba@gmail.com
2 Estudiante de grado, Facultad de Arte UNICEN. Becario EVC-CIN. fernandofunaro@gmail.com
3 Estudiante de grado, Facultad de Arte UNICEN. ivo.santiago.95@gmail.com
4 UNICEN/CONICET. asilva@arte.unicen.edu.ar—Enlace CV CONICET
5 UNICEN/CONICET. lbarandiaran@arte.unicen.edu.ar—Enlace CV CONICET

En una fría mañana de junio de 2016, un pequeño cartel escrito a mano apareció pegado al vidrio de una de las puertas de la estación de trenes de Tandil, ciudad ubicada al sudeste de la provincia de Buenos Aires, Argentina. En él podía leerse: “Trenes cancelados hasta nuevo aviso”. Ese día, el gobierno de la provincia de Buenos Aires había anunciado una nueva suspensión del servicio de pasajeros, argumentando razones de seguridad[6]. Volvía así a interrumpirse este servicio que ya había estado previamente suspendido entre 2006 y 2012, después de 120 años de funcionamiento.

Un espacio que en otro período estuvo asociado a la integración de la ciudad en el circuito económico-productivo tanto nacional como internacional había pasado a ser, en cambio, un conjunto de evidencias materiales de la crisis y el deterioro del sistema ferroviario.

El ferrocarril constituyó un importante factor en la consolidación del modelo agroexportador de fines del siglo XIX en Argentina y simbolizó el proceso de modernización del territorio. Alcanzó los 45.000 kilómetros de vías activas hacia la década de 1940, la mayor proporción del subcontinente. En el caso de Tandil, la llegada de un ramal del Ferrocarril del Sud en la década de 1880 tuvo un impacto notorio en la dinamización económica y social de la localidad, que incluso ha llegado a ser significada como una “segunda fundación” de la ciudad (Nario, 1996; ver Silva, 2018).

Pero en el último tercio del siglo XX su funcionamiento se truncó ante los procesos de desinversión, el cierre de ramales y talleres, y la privatización del servicio (Martínez, 2007), que significó la disolución de la empresa estatal Ferrocarriles Argentinos y el desmantelamiento de buena parte de la gigantesca red ferroviaria nacional. El deterioro del sistema alcanzó a los obreros que trabajaban en el transporte ferroviario y a la población que vivía en los alrededores de las estaciones de trenes y de las vías. De a poco, los rieles se fueron cubriendo de malezas, los durmientes de madera fueron robados, los vidrios de la estación de trenes se rompieron y sus paredes se llenaron de grafitis.v

6 http://www.abchoy.com.ar/leernota.php?id=129097&t=suspenden_todos_los_servicios_ferrobaires_tras_el_choque_trenes. Fecha de consulta: 15/10/17. Es necesario mencionar que la situación no sólo no se revirtió sino que empeoró, con la disolución de la empresa Ferrobaires, el traspaso de los ferrocarriles de la Provincia a la órbita de Nación y el despido de los trabajadores de la Estación de Tandil y otras localidades de la Provincia.

Nuestro ensayo fotográfico busca dar cuenta, a la vez, de los rastros del esplendor pasado de los trenes y de la actual decadencia del sistema, que se evidencia en sus ruinas, las vías cortadas, los espacios abandonados y -también- resignificados en su uso por los habitantes de su entorno. En principio hay referencias a la estación de trenes y el conjunto de su infraestructura que ya no cumple sus funciones originales, quedando sus espacios vacíos o adquiriendo nuevas configuraciones. En algunos casos se cedió el usufructo a organizaciones comunitarias o dependencias municipales, que con frecuencia tienen dificultades presupuestarias para el mantenimiento de los edificios.

Luego se detalla con mayor profundidad la crisis del sistema: vías que no llevan a ningún lado; casillas de empleados destruidas y pintadas; sistemas de señales habitadas por horneros; trenes que no tienen ruedas pero son ocupados por artistas para realizar sus obras. Finalmente, se observan los usos cotidianos de estos espacios por parte de la población urbana que los transita en sus recorridos habituales, entre pastizales, hierros retorcidos, chapas oxidadas, maderas arrancadas. Una “memoria de los fierros” (McCallum, 2016) que está allí e invita a extrañar la mirada sobre los modos diversos en que son experimentadas las dinámicas de crisis y reconversión productiva de las ciudades.

Referências:

MARTÍNEZ, Juan Pablo. 2007. “1977–2006: el ciclo de las reformas traumáticas”. En: M. J. López y J. Waddell (comps.), Nueva historia del ferrocarril en la Argentina: 150 años de política ferroviaria. Buenos Aires: Lumière. pp. 209–286.

McCALLUM, Stephanie. 2016. “‘Los fierros tienen memoria’. Materialidad y memoria en el sistema ferroviario.” En: A. Ramos, C. Crespo y M. Tozzini (comp.), Memorias en lucha. Recuerdos y silencios en contextos de subordinación y alteridad. Viedma: Universidad Nacional de Río Negro. pp. 201–222.

NARIO, Hugo. 1996. Tandil Historia Abierta. Tandil: Ediciones del Manantial.

SILVA, Ana. 2018. “De la ‘refundación de la ciudad’ al ‘polo cultural’. Imaginarios sociales de un barrio ferroviario en la provincia de Buenos Aires”. Imagonautas, 11: 158–177.

estación

TANDIL

F.C.G. ROCA
PROHIBIDO
HACER MANIOBRAS
Y/O FRENADAS
BRUSCAS SOBRE LA
BASCULA
VEL-MAX 5 KM

vagón3

LULA.G MATY

45

Alagados e a autoconstrução da cidadania

Lorena Volpini[1]

Resumo: Grande parte da urbanização de Alagados se deve a esforços coletivos de moradores, no sentido de ocupar um espaço de moradia e nele resistir. Esta região soteropolitana, originariamente edificada em palafitas, erguidas na “maré”, é onde a etnografia busca entender a atuação das numerosas associações de bairro ali presentes. A intensa vida cívica da região relaciona-se com a urbanização difícil e as interações por vezes conflituosas com o poder público. A dimensão do habitar se entrelaça à da política. A partir do espaço autoconstruído, se estabelecem maneiras de fazer a cidade: além de suas casas, os moradores constroem também sua cidadania.

Palavras-chave: Alagados; Movimentos sociais urbanos; Cidadania.

Abstract: *The urbanisation of Alagados was mainly due to residents’ collective efforts. For decades, people have occupied a space to dwell and resisted there. This area of Salvador, a former swamp where houses once were built on stilts, is the space from which my ethnography tries to understand the action of neighbourhood associations active today. The intense civic life of the region is related to the hardships of self-constructed urbanisation and to the intense, sometimes conflictual, interactions with public powers. Here, dwelling inter-waves with politics. From this self-constructed space, different ways of making the city are established: beyond housing, dwellers construct their citizenship.*

Keywords: *Alagados; Urban social movements; citizenship.*

1Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFBA. A pesquisa para a tese de doutorado de onde foram extraídas as imagens foi possível graças à concessão de uma bolsa d doutorado FAPESB e de uma bolsa PDSE da CAPES (Processo n. BEX 0851/15–09). Link para currículo lattes https://bit.ly/2yhTARP

Este ensaio traz imagens produzidas durante uma pesquisa sobre as interações entre um movimento social urbano e o Estado, a partir de disputas geradas por intervenções do setor público no espaço urbano soteropolitano. O trabalho é fruto de uma investigação etnográfica sobre a atuação da Rede CAMMPI—Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe, instância aglutinadora de lideranças e associações de bairro de um lugar outrora conhecido como Alagados.

Alagados foi uma ocupação de palafitas que se desenvolveu na Enseada dos Tainheiros a partir da década de 1940. Na década de 70 alcançou uma extensão considerável, foi considerada a maior favela da América Latina em palafitas. Alagados constitui um caso de urbanização peculiar, pois a autoconstrução de moradias não se limitou à terra firme, invadiu os manguezais, onde barracos de madeira eram erguidos encima de estacas fincadas na maré. Uma vez construídas as palafitas e as pontes de acesso, os moradores aterravam as áreas alagadiças com lixo e entulho, tentando ganhar terra ao mar. Este trabalho de autoconstrução resultou na extensão do solo da Península. A partir da década de 1970, programas estatais de melhoria urbana começaram a intervir na região, sem conseguir interromper completamente à ação incansável de moradores e novos ocupantes. Os programas de melhoria tentaram erradicar as palafitas e construir unidades de habitação popular. Estes projetos urbanísticos, morosos e frequentemente malsucedidos, sempre foram causa de controvérsias e atritos entre o Estado e os moradores. Os últimos barracos debruçados na Enseada da foram destruídos por um incêndio, em 2015. O incêndio foi seguido pela retomada, em caráter emergencial, de obras de construção de unidades de habitação interrompida há anos.

A atividade de autoconstrução de palafitas, pontes, aterros, é hoje celebrada como “luta” e tem um valor quase mítico. Muitas associações de bairro e organizações culturais da Península declaram ter nascido da “luta das palafitas”. A organização coletiva necessária para ocupar, construir e defender-se das remoções forçadas pelo poder público, foi crucial para o movimento de bairro que, em seguida, passou a reivindicar melhorias e serviços urbanos. Contudo, referindo-se a esta origem, as lideranças atuais estabelecem uma continuidade entre o trabalho atual e a luta de “antigamente”, para conseguir um lugar para morar.

As palafitas se fazem presentes nos discursos cotidianos dos membros dos movimentos sociais, estão retratadas em murais de graffiti espalhados pelos bairros, nas logomarcas de organizações de moradores, além de serem evocadas pelos nomes de numerosos grupos artísticos e associações locais.

Neste contexto, destaca-se como as ações coletivas de reivindicação de direitos e cidadania estão implicadas nos processos cotidianos de produção do espaço urbano. As especificidades dos bairros estudados estão vinculadas tanto às maneiras de fazer e viver de moradores atuais, quanto a formas de organização coletiva herdados de espaços e tempos passados. A esfera do habitar está entrelaçada com a da ação coletiva, do movimento social, da política. Nesse sentido o espaço urbano não é apenas um palco de disputas entre moradores e poderes públicos, mas é definido e produzido no âmbito desses embates.

Para compreender o espaço urbano e o movimento social da Península de Itapagipe, a etnografia se organizou em dois momentos. Foi necessário repercorrer o espaço narrado pelos moradores e representado em documentos de arquivos públicos, para aprofundar a politização da ação coletiva (luta) contemporânea e colocá-la em relação com as contestações do século passado. Em seguida, a partir de situações presenciadas em campo, a pesquisa se debruçou sobre a atividade contemporânea do movimento social, isto é como as organizações de bairro se defrontam e entrelaçam com o Estado. Eis que além dos atos reivindicatórios, destacam-se as reuniões, as atividades de participação, rotinas de articulação institucional e o “trabalho com cultura”, voltado principalmente para os jovens moradores. Observar essas práticas mostra como o movimento social faz o espaço contemporâneo.

Explorar as implicações recíprocas de reivindicações de cidadania e o espaço urbano significa entender que a atuação do movimento social é espacializada: surge de um espaço específico, vivido, praticado e está envolvida com sua produção, faz o espaço. Por isso é necessário considerar as conexões entre a história das ocupações, o processo de autoconstrução das casas e o movimento social, com suas práticas contemporâneas de constituição e atuação das organizações que formam sua base.

No desenrolar da tarefa servi-me das fotografias, de várias maneiras. Dentre estas, como alternativa às anotações no caderno de campo; como fonte de narrações sobre a Península, nos relatórios e documentos guardados nos arquivos públicos; como subsídio narrativo, quando a escrita não dava conta de mostrar as formas pelas quais o espaço pretérito se inscreve no espaço presente, através da memória da luta feita e refeita cotidianamente.

Através das imagens busca-se apresentar a implicação recíproca entre o espaço urbano e os fazeres do movimento social contemporâneo.

Referências:

ARETXAGA, Begoña. 2003. “Maddening states”. Annual review of anthropology, 32(1):393–410

EDELMAN, Marc. 2001 “Social movements: changing paradigms and forms of politics”. Annual Review of Anthropology, 30(1):285–317

HOLSTON, James. 1991. “Autoconstruction in working-class Brazil”. Cultural Anthropology, 6(4):447–465

KUPER, Hilda. 1972 “The Language of Sites in the Politics of Space” American Anthropologist, 74(3):411–425

NEGRO, Antonio Luigi. 2012 “. Caminho da Areia. Política, coexistência e conflito em Salvador (1945–1949)”. Tempo, 17(33):141–164

NEVEU, Catherine. 2016. “Para un análisis empíricamente fundado de los procesos de ciudadanía”. Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía, 1(2):s/p.

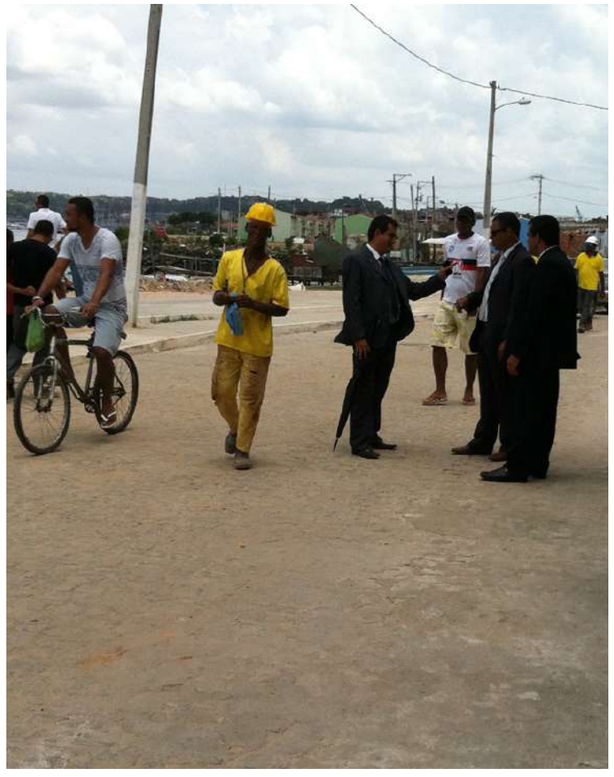
SANTOS, J. 2005. “Políticas públicas e ações populares: o caso dos Alagados–Salvador/BA”. Estudos Geográficos, 3(1):93–110

SILVA, Abigail Alcântara. 2002. Eu nasci aqui na maré… A luta pela moradia em Alagados, as organizações e suas lideranças no processo de consolidação do espaço. PPGS—Universidade Federal da Bahia, Salvador

TILLY, Charles. 2003. “Contention Over Space And Place”. Mobilization: An International, 8(2):221–225

VOLPINI, Lorena. 2016 “Aqui antes só existia a maré”: notas etnográficas sobre memória coletiva e políticas do espaço na região de Alagados. In: U. M. Uriarte e M. E. Maciel (org.). Cidade, patrimônio e memória social. Salvador: EDUFBA, p. 85–109.

VOLPINI, Lorena. 2017. A rede CAMMPI cidadania e política do espaço na Península de Itapagipe. Uma etnografia do fazer cidade em Salvador, Brasil. Tese de Doutorado, PPGA—Universidade Federal da Bahia, Salvador.



KOMATSU

O GOVERNO TRABALHA
EM TODA A BAHIA
BAHIA

A CAMMP apoia esta AÇÃO!
VALEU RUI!
Os Moradores da BAIXA DO PETRÓLEO
agradecem a visita do GOVERNADOR
VALEU RUI!

A JEGA QUER
REQUALIFICAÇÃO
URUGUAI

VÁ ASSOMBRAR

DILMA DISSE
SÓ SENDO
JEGA PARA
AGUENTAR A OPOSIÇÃO
DA ESTAÇÃO
DA LAPA,
AGORA É
PRIMA DO BURRO

RESISTÊNCIA
SEMPRE

SALA PRINCIPAL

33123

RONDESP
BTS

A tragédia de Barcarena (PA): a água envenenada e a resistência ribeirinha[1]

Cícero de Oliveira Pedrosa Neto[2]
Flávio Leonel Abreu da Silveira[3]

Resumo: O experimento fotoetnográfico que apresentamos resulta da pesquisa em andamento que o primeiro autor realiza na cidade de Barcarena (PA), visando a elaboração de sua dissertação de mestrado em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA), sob orientação do segundo autor. A nossa intenção neste ensaio é a de trazer ao debate o tema da catástrofe no contexto amazônico presente na mesorregião metropolitana de Belém. Trata-se, no entanto, de pensar o município em questão como um lugar de interseções complexas entre os mundos urbano e o rural no contexto amazônico contemporâneo, atravessado por grandes projetos que vinculam-se às formas de desenvolvimento predatórias, com forte influência de capital internacional.

Palavras-chave: Amazônia; Ribeirinhos; Catástrofe; Bacia de rejeitos; Água.

Abstract: *This photoethnographical experiment arises from a research in progress that the first author develops in the city of Bacarena (PA, Brazil), aiming the elaboration of his master's thesis in Anthropology at Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA), under the guidance of the second author. Our intention in this essay is to bring on debate the theme of catastrophe in the Amazon context present in the metropolitan mesoregion of Belém. However, it concerns thinking of the municipality in question as a place of complex intersections between the urban and rural worlds in the contemporary Amazonian context, crossed by large projects that are linked to predatory forms of development with a strong influence of international capital.*

Keywords: *Amazônia; Ribeirinhos; Catastrophe; Tailings basin; Water.*

1 O ensaio segue inspiração no trabalho de Bateson e Mead (1942), e contou para a sua elaboração com o apoio e as sugestões dos integrantes do NAVISUAL/UFRGS.
2 Mestrando do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia/UFPA.
3 Professor do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia/UFPA. Pesquisador do CNPq

Em fevereiro de 2018 fomos surpreendidos—ou melhor, constatamos o que parecia uma iminência—quando foi veiculada a notícia nas mídias alternativas sobre o vazamento de rejeitos de minérios junto aos mananciais hídricos existentes no referido município, o que atingiu diferentes vilas da cidade, territórios quilombolas e indígenas, além de prejudicar as formas de subsistência das populações ribeirinhas assentadas em diversas localidades.

Sabe-se que diante do processo desenvolvimentista de modernização do Brasil, empreendido pelos governos militares que tomaram o governo do país no ano de 1964, foram escolhidas algumas cidades brasileiras para sediar a concentração de investimentos em capital e infra-estrutura. Barcarena foi uma das cidades a receber tais incentivos por volta dos anos 80, através da implementação da indústria mineral de beneficiamento de bauxita em alumina e alumínio primário (Monteiro e Monteiro, 2007). Nestes termos, destaca-se um dos grupos corporativos mais importantes do mundo em se tratando da produção do alumínio, a empresa Alumina do Norte do Brasil S.A., mais conhecida como “Alunorte”, a qual depois das mudanças na composição de seu capital social e econômico, passou a pertencer ao grupo norueguês Norsk Hydro, sendo renomeada de Hydro-Alunorte S.A.

O processo de beneficiamento da produção do metal em questão é bastante complexo, e diante dos números tão expressíveis do processamento[4] , é possível supor o “volume” de descartes produzidos no processo produtivo da cadeia do alumínio e, dada sua natureza poluente agressiva, os impactos que causam (ou podem causar) aos ecossistemas e ambientes humanos, se mal administrados. Há uma série de determinações e padronizações estabelecidas a partir de métricas internacionais que resguardam a prerrogativa da produção, neste caso, sob os preceitos da “responsabilidade ecológica”. No entanto, na madrugada do dia dezessete de fevereiro de 2018 as pessoas que vivem nos limites da empresa conheceram o potencial destrutivo das ações industriais nos seus lugares de pertencimento[5] .

Ao amanhecer, moradores e moradoras, das comunidades do Bom Futuro e Burajuba, entraram em contato diretamente com os promotores de justiça através de seus celulares[6] , que iniciaram os procedimentos de investigação do caso. O Ministério Público Estadual (MPE) e Federal (MPF), acionaram o Instituto Evandro Chagas (IEC) para que checasse as amostras coletadas pela equipe técnica demandada pelo Ministério Público, para mensurar os impactos e os riscos à saúde dos moradores, tendo a equipe chegado à região no dia seguinte.

Eo dia vinte o IEC expediu uma nota técnica em que afirmava ter encontrado durante as coletas, “água de coloração avermelhada” que seria decorrente do vazamento da bacia de rejeitos[7] .

Os técnicos do instituto também estiveram nas dependências da empresa durante uma visita guiada, na qual puderam perceber que um dos recipientes do DRS1 havia recentemente transbordado, uma vez que existiam resíduos de “lama vermelha” nas mantas de impermeabilização que circunscrevem toda a extensão do referido depósito. Além disso, puderam encontrar algo ainda mais grave, conforme relata a nota técnica[8] : um duto clandestino de emissão de efluentes não tratados, provenientes do DRS2, que extravasava seu conteúdo diretamente no entorno[9] .

A empresa possui dois depósitos de rejeitos na região, denominados DRS1 e DRS2. Em razão dos laudos apresentados pelo IEC, o IBAMA e justiça do Estado do Pará, multaram a empresa em R$20 milhões e embargaram as atividades do depósito DRS2 por este também não possuir todas as licenças necessárias para seu funcionamento, conforme decisão da Justiça Federal exarada em abril de 2018, pelo Juíz Federal Arthur Pinheiro Chaves, da 9ª Vara. Também impuseram a redução das atividades da empresa em 50% no sentido de evitar novos vazamentos em prejuízo à população. Deste episódio resultou um problema transversal à tragédia ambiental, que foi o pronto estabelecimento do temor da demissão em massa ampliando o drama social instaurado e vivido em Barcarena.

Ora, estando em absoluta desvantagem, a empresa passou a jogar com o as vicissitudes da vida local aventando a necessidade da demissão, uma vez que a produção havia sido reduzida e o emprego dos trabalhadores nas funções que lhes cabiam, passava a não fazer sentido como antes. É nessa ocasião que se levanta o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Barcarena e Abaetetuba (SINDIQUIMICOS) contra as investidas protetivas estabelecidas pela justiça do Estado e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), mobilizando os trabalhadores contra as petições dos moradores atingidos pelo vazamento de rejeitos. Junto ao Sindicato, juntaram-se os comerciantes locais temendo a evasão de trabalhadores, a consequente perda de clientes e a ameaça da inadimplência[10] .

A partir de conversas veladas sabe-se que ameaças começaram a ser feitas por trabalhadores à colegas de ofício, especialmente os que tinham parentesco com as lideranças que passaram a encabeçar a luta pela responsabilização da empresa quanto

à catástrofe socioambiental que assolou a região, bem como aos danos causados aos ecossistemas e, diretamente, à saúde e bem estar dos coletivos humanos que habitam a área afetada, incluindo as vidas dos próprios trabalhadores e suas famílias. No momento, o dilema está instaurado e segue como um acirrado conflito de interesses num cenário que reatualiza as feições danosas do desastre de Mariana [11] em plena Amazônia.

4 « Neste processo, são necessários de 4 a 5 toneladas de bauxita para se extrair apenas uma do metal ». (LIMA & MOTA, 2009).

5 As pessoas « viram seus quintais e poços artesianos serem tomados por uma lama vermelha […] Chovia forte na região […] Houve o que eles temiam há muitos anos: o vazamento de rejeitos químicos das atividades de processamento da mineradora Hydro Alunorte, de capital norueguês, reconhecida como a maior refinaria de bauxita do mundo ». (BARBOSA, 2018a)

6 Em razão de denúncias dessa natureza serem corriqueiras na região, alguns moradores possuem os telefones pessoais dos promotores de justiça.

7 NOTA TÉCNICA SAMAM-IEC 002/2018, de 20 de fevereiro de 2018.

8 « Nesta quinta-feira (22), o pesquisador em Saúde Pública da Seção de Meio Ambiente do IEC, Marcelo de Oliveira Lima, divulgou um laudo do resultado da coleta de amostragens de águas e efluentes que fez no igarapé Bom Futuro, confirmando que houve o vazamento de rejeitos da barragem da empresa Hydro Alunorte. Segundo o pesquisador do IEC, as amostras analisadas tinham níveis de chumbo, sódio, nitrato e alumínio, sendo que este último está 25% acima do permitido para a saúde humana […] "Ao contrário do que a empresa diz e afirma, houve, sim, transbordamentos. As bacias não estavam suportando a quantidade de chuvas", disse Marcelo de Oliveira Lima, em coletiva de imprensa em Belém ». (BARBOSA, 2018a).

9 A nota técnica informa «que nessas áreas de lançamentos clandestinos de efluentes clandestinos, existem nascentes de igarapés, cujas águas são usadas para lazer e pesca de subsistência pelas comunidades tradicionais que habitam aquela área. (Trecho da Nota Técnica do Instituto Evandro Chagas, expedida no dia 20 de fevereiro de 2018)

10 O movimento depois ganharia força agregando outros sindicatos que atuam na região, culminando em uma grande manifestação de trabalhadores nas ruas da cidade de Barcarena, que ocorreu um dia após as declarações da empresa (3/10/2018) de que encerraria temporariamente suas atividades na cidade de Paragominas, de onde provém a matéria-prima do alumínio, a bauxita, assim como, em Barcarena, devido ao esgotamento da vida útil do depósito DRS1, fato que resultaria no prejuízo de mais de 40 mil pessoas, considerando-se a massa de trabalhadores e a estimativa do número de familiares. Os trabalhadores pediam a derrubada do embargo impetrado ao DRS2 com palavras de ordem: "não, não, não! Embargo não é solução!". Lograram a liberação de um filtro (filtro prensa) capaz de fornecer uma sobrevida ao DRS1, que se encontrava nas dependências do outro depósito, portanto, também sob os efeitos do embargo (AMAZÔNIA REAL, 2018).

11 O desastre de Mariana, em Minas Gerais, ocorreu devido ao rompimento da barragem de Fundão, pertencente a empresa "Samarco Mineração SA" e à "BHP Bilinton Brasil Ltda". Conhecido como o maior desastre ambiental relacionado a atividade de mineração ocorrido no Brasil (JUSTIÇA GLOBAL, 2015), o rompimento da bacia fez com que "50 milhões de metros cúbicos de resíduos minerários foram despejados no ambiente. Este absurdo volume de rejeitos da mineração tomou a forma de uma ´avalanche de lama', causando a destruição total e parcial de povoados mais próximos, como foi o caso de Bento Rodrigues, de Paracatu (distritos de Mariana-MG) e de Gesteira (distrito de Barra Longa-MG)", conforme aponta o relatório do "Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo" (2017). O mesmo relatório diz ainda que 19 trabalhadores, em sua maioria terceirizados que atuavam na empresa, além de toneladas de peixes e outros animais, morreram em decorrência do desastre em questão.

Referências:

ALVES, A. Os argonautas do mangue. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

AMAZÔNIA REAL. Ibama libera uso de equipamento pela Hydro Alunorte, mas embargo judicial continua. Agência Amazônia Real. [Manaus-Am], 08 de outubro de 2018. Acessado em 14 de outubro de 2018. http://amazoniareal.com.br/ibama-libera-uso-de-equipamento-pela-hydro-alunorte-mas-embargo-judicial-continua/ ;

BARBOSA, Catarina. Vazamento de rejeitos da Hydro Alunorte causa danos socioambientais em Barcarena. Agência Amazônia Real. [Manaus-Am], 23 de fevereiro de 2018. Acessado em 15 de julho de 2018a. http://amazoniareal.com.br/vazamento-de-rejeitos-da-hydro-alunorte-causa-danos-socioambientais-em-barcarena-no-para/ ;

BARBOSA, Catarina. Justiça e Ibama punem mineradora Hydro por vazamento em Barcarena. Agência Amazônia Real. [Manaus-Am], 28 de fevereiro de 2018. Acessado em 15 de julho de 2018b. http://amazoniareal.com.br/justica-e-ibama-punem-mineradora-hydro-por-vazamento-em-barcarena/ ;

BARBOSA, Catarina. " O igarapé morreu, não tem mais peixe", diz moradora sobre impactos em Barcarena. Agência Amazônia Real. [Manaus-Am], 21 de maio de 2018. Acessado em 15 de julho de 2018c. http://amazoniareal.com.br/o-igarape-morreu-nao-tem-mais-peixe-diz-moradora-sobre-impactos-em-barcarena/ ;

BATESON, G.; MEAD, Margaret. Balinese Character. A photographic analysis. New York: New York Academy of Sciences, 1942.

JUSTIÇA GLOBAL. Vale de Lama: Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão. Disponível em: http://www.global.org.br/wpcontent/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi--a-Global.pdf Acesso em: 15 nov 2016.

LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES). Relatório de pesquisa. GEPPEDES. 2017

LIMA, Dumara Regina de; MOTA, José Aroudo. A Produção do alumínio primário na Amazônia e os desafios da sustentabilidade ambiental. Boletim Regional, Urbano e Ambiental—IPEA, Brasília, n. 02, jan./jul. 2009.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; MONTEIRO, Eder Ferreira. Amazônia: os (des) caminhos da cadeia produtiva do alumínio. Novos Cadernos—NAEA, v. 10, n. 2, p. 87–102, 2007.

TAUSSIG, M. Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MORTE

QUERO RELEMBRAR A HISTÓRIA DO TAUÁ, FAMILIAS FORAM
EXPULSAS, P/ VÁRIAS BACIAS EMPLANTAR. MATANDO, NASCENTES
RIOS, UM ERRO SEM CALCULAR, TIRANDO NOSSOS DIREITOS DE PESCA
PLANTAR. JUSTIÇA DESTE BRASIL VEM P/ ESSE POVO OLHAR.

PELA SOBERANIA POPULAR NA
MAM

DE BARGARENA
COPIA DO ALVARA
BACIAS DA HYDRO
SÃO OS RATOS
DENTRO
HYDRO

TEUTO
Bacteracin
Betricort

PRANCHA I—Do idílico à catástrofe

1 – A contemplação do menino, que observa o curso d'água e não pode mais banhar-se nele.	2 – A paisagem idílica. Os longos miritis às margens da água representam parte da beleza do Bioma Amazônico presente nas várzeas da baía do Guajará, apesar da contaminação decorrente do descaso com os ecossistemas frágeis da ecorregião.
3 – Foto aérea do Depósito de Resíduos Sólidos DRS1 que transbordou em 17 de fevereiro de 2018. A imagem demonstra as dimensões do impacto sobre as dinâmicas socioambientais no município de Barcarena.	

PRANCHA II—O gigantismo da floresta ou gigantismo da catástrofe?

4 – Perspectiva da catástrofe: A imagem contrasta a força viva e pujante da floresta amazônica em relação ao enorme Depósito de Resíduo Sólidos - DRS2, embargado pela Justiça Federal por estar em desacordo com a legislação ambiental.

PRANCHA III—As cores do trágico

5 – A água de beber. Nas mãos a preciosa água cristalina.	
6 – Contrastes marcantes na fronteira que divide a floresta do Depósito de Resíduos Sólidos DRS1.	7 -O cotidiano mediado pelo risco: as comunidades de Vila Nova, Bom Futuro e Sítio São João, compõem o entorno mais próximo do Depósito de Resíduos Sólidos DRS1. Além do risco potencial advindo da produção e do descarte de resíduos da produção da alumina, as comunidades ainda convivem ameaçadas pela presença de um lixão (a esquerda da imagem), que também se converte em um foco de contaminação, sobretudo quando da ação das fortes chuvas.
	8 – Os resíduos químicos sob a forma de lama ameaçam contaminar os rios e igarapés da região, comprometendo o princípio básico da "Soberania da Água".

PRANCHA IV—Os igarapés envenenados

9 - O igarapé envenenado de Dona Maria Salustiano, moradora da comunidade *Bom Futuro*. As águas junto aos lugares de viver contaminadas pelas ações empresariais que deveriam beneficiar a vida, a partir da disseminação de formas ecológicamente justas e sustentáveis de convivência - e não de rejeitos - porque voltadas ao bem-estar socioambiental do seu entorno. A lógica do lucro associado àquela da morte, que contaminou o igarapé de Dona Maria, refrata-se violenta no próprio nome da comunidade, na qual sempre viveu e labutou (na manutenção de roças e na pesca), onde, agora, amarga as consequências das dinâmicas empresarias pouco atentas em relação as formas de vida local e suas complexidades ecoculturais

PRANCHA V—A luta dos invisibilizados

10 - Resistência: A morte anunciando a cultura do terror (Taussig, 1993) que dura nas temporalidades amazônicas e a importância de seguir resistindo.	11 – Indignação: Dona Ângela, representante da CAINQUIAMA (Associação dos Caboclos Indígenas e Quilombolas da Amazônia), junto com outros afetados acampam em protesto na frente da sede da Hydro-Alunorte em Barcarena.
12 – Clamor: A faixa anuncia a preocupação com as águas e o seu sentido na vida cotidiana dos ribeirinhos.	13 – Denúncia: Sandra Amorim, presidente da Associação Quilombola do Sítio São João, denuncia a contaminação da sua comunidade na 1ª Audiência Pública realizada pelas autoridades legislativas e judiciárias a fim de tratar do desastre socioambiental ocorrido em fevereiro de 2018.

PRANCHA VI—O povo mostra resistência

14 – O desespero que explode em signos do terror: Moradoras das comunidades afetadas se desesperam com a notícia de que novos transbordamentos poderiam ocorrer.
15 – Vítimas e algozes. Figurações da mineradora junto ao campo político paraense.

PRANCHA VII—Através da água: veneno, corpo e medicalização

16 – O poço artesiano contaminado como uma das consequência imediatas do desastre.	17 – Água de beber?
18 - O corpo doente e sua desfiguração paulatina. O que ainda pode se esperar de efeitos sobre os corpos ribeirinhos?	19 – A medicalização do corpo como signo da catástrofe, ou o corpo como um *continuum* doente dos ecossistemas que agonizam.
20 – Dos efeitos sobre a pele: a paisagem corporal do sofrimento.	21 – A medicalização do corpo num contexto de carência de recursos financeiros.

“Preserva Arroio Espírito Santo”: entre disputas narrativas e novas práticas do espaço na vizinhança dos bairros Guarujá, Espírito Santo e Ipanema

Matheus Cervo[1]

Resumo: O ensaio visual busca retratar o processo de luta contra o desmatamento de uma área de 12,9 hectares na região limítrofe entre os bairros Guarujá e Espírito Santo em Porto Alegre—RS. Através da ecologia política etnográfica, observei como a mobilização permitiu novas relações com a floresta e seu arroio através da ambientalização desse conflito social pela intensa luta política travada na criação de formações discursivas alternativas.

Palavras-chave: Desmatamento; Canalização; Crise Ambiental; Movimento Social.

Abstract: *The visual essay seeks to portray the process of combating the deforestation of a 12.9 hectare area in the border region between Guarujá and Espírito Santo districts in Porto Alegre—RS. Through political ecology, I observed how the mobilization allowed new relations with the forest and the stream through the ambientalization of this social conflict by the intense political struggle waged in the creation of alternative discursive formations.*

Keywords: *Deforestation; Plumbing; Environmental Crisis; Social Movement.*

1 Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Parece distante o tempo em que a zona sul era composta como uma área de “praias” limpas e conectadas com o restante da cidade através da Estrada de Ferro do Riacho que ligava o centro ao Antigo Balneário da Pedra Redonda (HUYER, 2010). Depois de pegar o “tremzinho”, uma prática comum do início do século XX, seguia-se até outras áreas de carreta ou a cavalo percorrendo a estrada de chão batido (MACHADO, J., 2018) entre as grandes chácaras que existiam na região. Com o passar do tempo, longos processos de loteamento e de construção de condomínios ocorreram simultaneamente à poluição do lago Guaíba em meados da década de 1960: pela memória dos antigos moradores, escuto em campo narrativas relacionadas à transformação das praias cotidianamente ocupadas e dos laços de vizinhança dessa região de balneário.

Através da Etnografia da Duração (ECKERT; ROCHA, 2013b), venho coletando narrativas autobiográficas no projeto denominado “A Praia do Guarujá: reconstrução da memória coletiva e ambiental de um ethos passado” dentro do projeto Memória Ambiental—POA no Banco de Imagens e Efeitos Visuais—BIEV UFRGS. O Guarujá é um bairro localizado na zona sul de Porto Alegre e que margeia o lago Guaíba próximo dos bairros Serraria, Espírito Santo e Ipanema que também eram caracterizados fortemente pelas suas características ambientais e de balneabilidade. Durante meu trajeto de pesquisa, alguns dos meus interlocutores da SAG—associação do bairro Guarujá—iniciaram um processo de luta contra o desmatamento de 12,9 hectares na região limítrofe entre Guarujá e Espírito Santo e comecei a acompanhar meus parceiros de pesquisa nas suas resistências cotidianas. Iniciando um processo etnográfico associado à ecologia polícia (LITTLE, 2006), observei e, simultaneamente, participei no agenciamento dos meus diários de campo e dos meus ensaios visuais como ferramenta de apoio às manifestações dos meus interlocutores.

No mês de outubro de 2018, uma reunião com a comunidade do bairro Guarujá foi realizada pela empresa Maiojama na Igreja Santa Rita onde foi explicitado que a licença de instalação do “loteamento Ipanema”, na avenida Guaíba—12.000, seria realizada. Para a maior parte dos moradores da região, a grandiosa mata do Espírito Santo, tão naturalizada na paisagem cotidiana do bairro, tomava outra coloração. Um grupo de mobilização foi criado para que uma reunião por semana fosse realizada todas às terças-feiras com discussões e encaminhamentos necessários à conservação da área verde e da não canalização do arroio que deságua nas margens do Guaíba. O coletivo “Preserva Arroio Espírito Santo” foi criado e é composto de vários voluntários da comunidade de vizinhos dos bairros locais, de militantes das Ongs Greenpeace, Agapan e TodaVida, das associações de bairro Guarujá e Ipanema, de um coletivo de arqueólogos e outros técnicos, de coletivos ligados à vereadores de Porto Alegre e de alguns advogados que adotaram a causa perante o Estado. Assim, foram criados dois grupos de trabalho principais: um GT de comunicação—na qual me insiro em campo com meus ensaios visuais—e outro GT científico.

Em suma, as seguintes atividades foram realizadas pelo grupo de militância: uma petição pública no site da plataforma “O Bugiu” do Greenpeace; três passeatas na avenida Guaíba; reuniões com diversas entidades como a Smams, o Iphan, a Cosmam na Câmera de Vereadores, o Ministério Público Estadual e Federal, o Ibama, a Funai; diversas fotografias da região da mata—registrando alguns vegetais e animais que estão em extinção -, da região de banhado e das mobilizações públicas. Além disso, duas ações foram ajuízadas com apoio do grupo jurídico. Em relação a essas, uma, na justiça federal, foi feita tendo como objeto a suspeita do Iphan em relação a existência de sítios arqueológicos encontrados na mata (de caráter indígena, africano e militar) e outra na justiça estadual cujo objeto é a suspensão da licença por não observar a legislação vigente (eis que esta foi a decisão final do Superior Tribunal de Justiça na ação anteriormente promovida pelo Ministério Público estadual no ano de 2000 e já transitada em julgado). Desde 1996, a construtora Maiojama busca lotear a área em questão. No momento desta publicação, o grupo conseguiu, liminarmente, a suspensão da licença por essa última ação, mas a realização do empreendimento se mantém incerta. ação espacial em forma de mapa, ganhou outros contornos, nuances e significados.

A mobilização política criou novas relações com a mata que era naturalizada no cotidiano dos moradores que participam do movimento através da ambientalização desse conflito social (LOPES, 2006): cercada e de difícil acesso para a grande maioria dos que ali habitam, os não humanos coexistiam com a vizinhança como um pedaço de “Natureza intocada” (DIEGUES, 1994; 2000) e não praticada. Inicialmente, muitas pessoas estavam surpresas com seu desconhecimento acerca da obtenção da propriedade pela empresa Maiojama no Espírito Santo em meados de década de 1980, mas o processo de luta permitiu (re)conhecer e estranhar a relação de parte da vizinhança com os espaços verdes ainda conservados. A necessidade e vontade de mantê-los gerou uma busca intensa por definição das características dessa região. Assim, perante os múltiplos e suspeitos laudos realizados pela empresa, uma intensa luta política iniciou a busca da criação de formações discursivas (FOUCAULT, 2007b) alternativas que permitissem legitimar a luta frente ao Estado.

Referências:

DIEGUES, A. C. . O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

ECKERT, C. ; ROCHA, A. L. C. . Etnografia da duração—antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas. 1. ed. Porto Alegre: Marcavisual, 2013b.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007b.

HUYER, André. A Ferrovia do Riacho: um caminho para a urbanização da Zona Sul de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)—Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. [Orientadora: Dra. Célia Ferraz de Souza].

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horiz. antropol., Porto Alegre , v. 12, n. 25, p. 85–103, 2006.

LOPES, L. et al. . A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 2004.

MACHADO, Janete da Rocha. Ipanema: memórias de um bairro da zona sul de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

JAVALI

PAREM DE ASSALTAR

A vida sempre

NÃO

SALVE MATA ATLÂNTICA

A COMUNIDADE da ZONA

NÃO A DERRUBADA DA MATA ATLÂNTICA

CUMPRAM-SE AS LEIS AMBIENTAIS

FaceboоK.com/PreservaArroioES/

Mata Atlântica SIM

Edifícios NÃO

DIGA NÃO AO DESMATAMENTO
PARA A IMPLANTAÇÃO DO
LOTEAMENTO IPANEMA

UNIDA
ATLANTICA
O SANTO

SOCIEDADE AMIGOS DO GUARUJÁ
NA LUTA PARA SALVAR O MEIO AMBIENTE
Presidente da SAG - Barros 51 995064675
NÃO

MAIO JAMAIS
NÃO MATE
A MATA
Fim de semana musical
Galeria abre a nova Atlântida Arte

em pri
NÃO
aos Espigões na Orla do Guaíba!
Associação Gaúcha d
CIDADE VERDE É + FELIZ
CIDADE VERDE É + F

+ÁRVORES EM PORTO ALEGRE
+ÁRVORES PRA CIDADE

CIDADE VERDE É + FELIZ!
+ÁRVORES EM PORTO ALEGRE
+ VERDE + VIDA!

+ VERDE
+ VIDA!

PARE DE ASSALTAR
ZONA SU
IDA
DEFESA DA MA
NTICA
ARROIO ESPÍ
NTO

SALVE O
BUG IO

TEM
PRÉDIO
VAZIO EM

PAREM DE ASSALTAR O GUAÍBA

DIGA NÃO AO DESMATAMENTO

ADE AMIGOS DO GUARUJÁ

SALVAR O MEIO AMBIENTE !

da SAG - Barros 51 995064679

+ÁRVORES EM PORTO ALEGRE

MENOS VERDE MAIS POLUIÇÃO

ARIZONA 22

+ÁRVORES PRA CIDADE

Fluxos cosmológicos na cidade: a (des)invisibilização indígena

Carmem Lúcia Thomas Guardiola[1]
Roberta Deroma[2]

Resumo: No extremo sul da cidade de Porto Alegre, no bairro Belém Novo, um movimento cosmológico em busca de territorialidade acontece em terras de propriedade privada. Indígenas da etnia Mbya Guarani retomam território na Ponta do Arado até então destinado a construção de um empreendimento imobiliário. O movimento de Retomada de territorialidade perpassa a cidade e seus habitantes em relações de conflitos e afetos, no qual interesses econômicos e de bem viver vão construindo histórias.

Palavras-chave: Guarani; Retomada; Ponta do Arado; Presença Indígena.

Abstract: *At the southern end of the city of Porto Alegre, in the neighborhood Belém Novo, a cosmological movement in search of territoriality happens in lands of private property. Indigenous people of the Mbya Guarani ethnic group retake Ponta do Arado until then destined to build a real estate project. The Resumption of territoriality movement permeates the city and its inhabitants in relations of conflicts and affections, in which economic and well-being interests build stories.*

Keywords: *Guarani; Retake; Ponta do Arado; indigenous presence.*

1 Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisadora associada ao Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/PPGAS/UFRGS), guardiolars2@gmail.com, http://lattes.cnpq.br/4343383842143051
2v Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integra o Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS/PPGAS/UFRGS), deromaroberta@gmail.com, http://lattes.cnpq.br/3096737094617446

Porto Alegre tem seus bairros centrais repletos de concreto, prédios uns ao lado dos outros e muitos carros soltando fumaça cinza percorrendo ruas asfaltadas de sentimentos expostos nos ritmos urbanos. Os bairros mais afastados do centro na zona sul mesclam o concreto ao verde em uma mistura de asfalto e de terra, de pessoas e de não humanos, de áreas urbanas e de áreas rurais.

Entre todas estas ambiências—bairros, cores, chãos, pessoas, ruídos –, encontramos os Mbya. Estes indígenas têm seu território de vivências não demarcado por linhas fronteiriças divisórias, mas em uma vasta área ao sul da América do Sul. Eles caminham e vivenciam estes espaços, mas é nas matas ou próximo a elas que se constituem como indígenas Mbya.

É em busca destes territórios, perpassados por concreto, que os Mbya caminham rumo ao seu fortalecimento: três lideranças se deslocaram por terra e por água até chegarem a ponta do Arado Velho. De barco seguiram e aportam no dia 15 de junho de 2018 na Ponta do Arado onde Alexandre, Timóteo e Basílio com suas famílias encontraram todos os elementos de vivência para potencialização de seus corpos.

Neste mesmo espaço geográfico existe outra história.

A Ponta do Arado é uma área de preservação de 223 hectares e faz parte de um todo de 426 hectares da Fazenda do Arado Velho que está localizada às margens do Guaíba no bairro Belém Novo, extremo sul da cidade de Porto alegre. Uma área territorial estranha aos moldes do indígena por ser privada e com donos. Nessa história, os proprietários, representados pela Arado Empreendimentos Ltda., idealizam um projeto de urbanização que prevê a construção de condomínios de alto padrão e centros comerciais.

Conflitos emergem diante de diferentes visões de mundo relacionadas às questões ambientais, estéticas e econômicas. Sentimentos desabrocham, constroem e transformam a história do bairro atravessada pelas disputas sociais e políticas em torno de uma terra singular que é significada através da longa vivência de seus moradores.

Após denúncias e pressões do movimento socioambiental composto por estudantes, ambientalistas e moradores do bairro Belém Novo, o projeto de urbanização está suspenso por questões legais no momento desta publicação. Tais conflitos com os empreendedores se intensificaram frente a uma nova presença antes invisibilizada: a presença indígena Mbya Guarani.

Enquanto os idealizadores do empreendimento imobiliário demandam na justiça a concretização de seus planos, criam conflitos ideológicos e morais entre os moradores e causam indisposições e constrangimentos para os Mbya que permanecem fortes e determinados em estado de Retomada das terras e do seu modo de ser.

Neste estado de Retomada, os indígenas recebem apoio de um movimento em alguns momentos de tensão. Os Mbya foram expulsos das matas da Ponta do Arado e encurralados nas areias da praia sem acesso à água potável, impedidos de transitar nas matas da região para buscarem materiais à construção de casas e de plantar suas sementes milenares passadas de Guarani à Guarani. Quando são constrangidos pelos não-indígenas, o movimento lhes oferece alimentos, filtros de água, roupas, materiais para erguerem seus abrigos, um barco para se locomoverem e visitarem seus familiares ou mesmo recebê-los em visita. Recebem também o apoio afetivo do Juruá (não-indígenas) ao irem em busca de redes de apoio em eventos na cidade.

A cidade perpassa o mundo Mbya. Não mais somente os campos, os rios, os lagos, os arroios e os outros indígenas, como também os espaços urbanos.

Em meio a acusações—como de destruidores do meio ambiente –, as famílias Guarani na Ponta do Arado estão em um espaço ínfimo ao lado de sítios arqueológicos com vestígios de seus ancestrais. Estes, que eram canoeiros, circulavam pelo Guaíba e pela Lagoa dos Patos de ponta em ponta, e a ponta do Arado Velho era somente mais um espaço de vida sem propriedades privadas. Hoje o local se configura enquanto periférico tanto a respeito de sua localização quanto de sua inserção nos espaços de diálogo sobre a cidade de Porto Alegre. Seu próprio status de zona rural se encontra fragilizado, tornando-se alvo de alterações e projetos de leis que denotam parcialidade ao se empenharem em propiciar a construção do empreendimento e ao desconsiderar a malha de conflitos e questões emergentes.

A região segue acompanhada do risco de estar fadada a um único modo de se conceber a cidade sob o discurso de progresso e de crescimento. Modo este que desconhece presenças indígenas no território urbano e que reforça estereótipos em torno da pessoa indígena ao negar este espaço a elas.

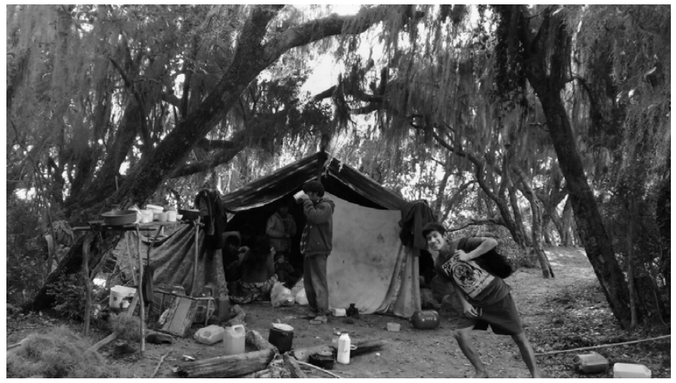
O estado de Retomada de terras dentro da sua compreensão enquanto resiliência pode ser entendido como um modo de se retomar uma cosmovisão aniquilada e ressignificar lugares, questionando acerca das funções dos espaços urbanos e o quanto correspondem às necessidades daqueles que, de vários modos, fazem parte deles. Terra e ancestralidade se somam em forma de Retomada, indagações e perspectivas.

Esta distinta forma de interrogar, interpretar e sentir o mundo nos traz respostas para a questão: como em tanto tempo de suas existências, constrangidos a se contentar com cada vez menos matas, suas crianças ainda brincam nas areias das praias da cidade?

Referências:

LADEIRA, Maria Inês. O caminhar sob a luz: o território Mbya à beira do oceano. São Paulo: UNESP, 1992.

PISSOLATO, Elizabeth de Paula. A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani). São Paulo: UNESP/ISA, Rio de Janeiro: NUTI, 2007.



TEMPOS DE CRISE E A (IN)VULNERABILIDADE DO VIVER COTIDIANO EM CONTEXTOS URBANOS

foto crono grafias

ACESSE EM MEDIUM.COM/FOTOCRONOGRAFIAS